



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS – IREL/UnB**

**DANIELA LIMA COSTA**

**A DIÁSPORA NEGRA E O DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS  
HUMANOS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE PUENTE NAYERO, COLÔMBIA**

**BRASÍLIA - DF  
16 de agosto de 2019**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS – IREL/UnB**

**DANIELA LIMA COSTA**

**A DIÁSPORA NEGRA E A DISPUTA PELO INTERNACIONAL: UM ESTUDO DE  
CASO SOBRE PUENTE NAYERO, COLÔMBIA**

Monografia apresentada como requisito para a conclusão da disciplina “Dissertação em Relações Internacionais” como item opcional de conclusão do Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

Orientador: Professor Dr. Fidel

Coorientador: Marcos V. Lustosa Queiroz

Brasília  
2019

## AGRADECIMENTOS

A escrita desse trabalho é uma construção essencialmente coletiva. Escrever sobre Direito Internacional e o Espaço Humanitário de Puente Nayero só se tornou possível por uma junção de diversos fatores e de diversas trajetórias e lutas, pessoais e coletivas, que têm feito parte da minha história enquanto mulher negra, moradora de São Sebastião, estudante de Relações Internacionais na Universidade de Brasília. Em reverência ao coletivo dessa escrita, agradeço primeiramente aos milhares de pessoas, anônimas ou não, que através de sua força e luta tornaram possível que eu estivesse aqui, e tratasse, mesmo que por pequenas brechas, sobre a Diáspora Negra nas Américas. Em especial, agradeço aos meus pais Josafá e Iolita, por todo apoio durante os meus anos de graduação e de vida, e por sempre terem me dado a liberdade de escolher o meu futuro, apesar de todas as dificuldades. Agradeço aos meus irmãos, Jacqueline e João Paulo, pelo afeto e incentivo e por acreditarem em mim, e agradeço a toda minha família por me ensinarem desde cedo o significado de comunidade.

Agradeço também aos amigos que foram a família que eu escolhi e construí durante esses anos. À Karollyne, Pedro, Sibelle, Nathália e Gabriel por serem as melhores pessoas que eu poderia ter conhecido, tanto para o meu desenvolvimento pessoal quanto acadêmico. Aos meus amores do LACRI, Ísis, Fabi, Izaú, Aisha, Kaio e outros, que me ajudaram a perceber a importância de aquilombar todos os espaços, e de construir conhecimentos próprios. Agradeço aos meus amores do programa Abdias do Nascimento, Marcos, Carlos, Mariana, Denise e Fernanda com quem compartilhei uma das jornadas mais especiais da minha vida, e que espero ter sempre ao meu lado. Agradeço também a Thanity e Laysi, que fizeram parte dessa trajetória e me mostraram novas possibilidades, tornando os meus dias muito mais felizes, e ao Professor Evandro Piza, pela oportunidade e confiança. Pela experiência, agradeço e aponto a importância fundamental do Programa Abdias Nascimento, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para a realização dessa pesquisa. As experiências das gentes negras precisam ser contadas, e o programa Abdias possibilitou a muitos de nós a oportunidade de ter contato, estudar e escrever pesquisas que não seriam possíveis sem esse recurso. Meu muito obrigada de forma especial a todas e todos que se empenharam para que esse programa fosse possível, e que viram nele uma oportunidade de crescimento e construção do saber negro, disputando institucionalmente para que o mesmo acontecesse.

Agradeço e dedico essa escrita a todos os que fizeram parte desse um ano que vivi na Colômbia, esperando de coração que tenha feito um bom trabalho em contar um pouco dessas

histórias e lutas. Em especial, meu muito obrigada a Julio Biojó do *Proceso de Comunidades Negras de Colombia*, por todo apoio prestado em todas as vezes que tive a oportunidade de encontrá-lo e, principalmente, em todas as vezes que estive em Buenaventura. Aproveito para agradecer a William Mina, Orlando Castillo, Esther Ojulari e Carolina Montoya Ruale por suas palavras e pelo tempo que tão amavelmente me concederam quando estive em Buenaventura. Meu muito obrigada ainda a todas as pessoas e coletivos negros e negras com quem tive a oportunidade de conversar, festejar, debater e tomar aguardentes, viches, ñeques, tomaseca etc.. Do Pacífico ao Caribe, e de Palenque à Bogotá, vocês fizeram da Colômbia meu outro lar.

Por fim, agradeço ao meu orientador, Fidel Irving Pérez Flores por ter me auxiliado na escrita desse projeto, pela paciência e por ter contribuído de forma tão significativa para a escrita na construção desse texto. Agradeço ao meu coorientador e amigo, Marcos Queiroz, pelas conversas sempre francas, pelo apoio, pela paciência e pelo afeto nessa caminhada que tem sido esse último ano de graduação. Vocês todos fizeram essa escrita possível e menos solitária. Fiz em cada um, em cada ato e em cada conversa, um pouco do meu lar. E por isso, serei sempre grata.

*[...] The girls are singing about those taken from Gwolu  
and sold into slavery in the Americas.  
They are singing about the diaspora.  
Here it was-my song, the song of the lost tribe.  
I closed my eyes and listened.  
-Saidiya Hartman.*

*Por fim, permita que eu fale, não as minhas cicatrizes  
Achar que essas mazelas me definem, é o pior dos crimes  
É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nóiz sumir  
-Emicida, Amarelo.*

## **RESUMO**

O Direito Internacional dos Direitos Humanos tem se tornando um instrumento de disputa de diversas populações negras e indígenas nas Américas. Esse instrumento vem sendo usado cada vez mais para assegurar diante do Estado o fim de violações e violências às que essas populações têm sido submetidas ao longo dos séculos. Nesse cenário, a Colômbia se torna um importante estudo de caso sobre como o as esferas internacionais tem adquirido importância ao longo dos anos, em especial, na construção de territórios e vivências autônomos, fruto das lutas e disputas políticas, econômicas e sociais, dos povos negros contra o racismo estrutural. O presente trabalho se propõe a entender, a partir do estudo de caso da comunidade do Espaço Humanitário de Puente Nayero em Buenaventura-Colômbia, e da revisão histórica sobre o Pacífico Colombiano e o Direito Internacional na América Latina, como essas disputas têm sido feitas, e a importância estratégica das mesmas.

Palavras-chave: Direito Internacional dos Direitos Humanos; América Latina; Pacífico Colombiano; Espaço Humanitário; Puente Nayero; Território; Racismo estrutural; Territórios urbanos.

## ABSTRACT

International Human Rights Law has become an instrument of dispute for various black and indigenous populations in America. This instrument has been increasingly used to ensure before the State the end of violations and violence to which these populations have been subjected throughout the centuries. In this scenario, Colombia becomes an important case study on how the international spheres have acquired importance over the years, especially, in the construction of autonomous territories and experiences, as a result of the political, economic and social struggles against structural racism in Latin America. This paper proposes to understand from the case study of the “*Espaço Humanitário de Puente Nayero*” community in Buenaventura/Colombia, and the historical review of the Colombian Pacific construction and International Law in Latin America, how these disputes have been made, and the strategic importance of them.

Keywords: International Human Rights Law; Latin America; Pacific Colombian; Humanitarian Zones; Puente Nayero; Territory; Structural racism; Urban territories.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**ACNUR** - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

**CIDH** - Comissão Interamericana de Direitos Humanos

**CINUC** - Coalition of International NGOs UPR Colombia

**CODHES** - Consultoría para los derechos humanos y el desplazamiento

**CORHAPEP** - Corporación Organizando Haciendo y Pensando el Pacífico

**DH**- Direitos Humanos

**DI**- Direito Internacional

**DIDH**- Direito Internacional dos Direitos Humanos

**DIP**- Direito Internacional Público

**ELN**- Ejército de Liberación Nacional

**EOP** - Estrutura de Oportunidade Política

**FARC** - Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia

**FUNDESCODES** - Fundación Espacios de Convivencia y Desarrollo Social

**OEA**- Organização dos Estados Americanos

**OIT**- Organização Internacional do Trabalho

**ONG's**- Organizações Não Governamentais

**ONU**- Organização das Nações Unidas

**PCN** - Processo de Comunidades Negras

**RI**- Relações Internacionais



## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Regiões geográficas colombianas.....	29
Figura 2 – Concentração demográfica da população afro-colombiana no país.....	32
Figura 3 – Bairros que formam as Comunas de Buenaventura.....	42

## SUMÁRIO

Introdução.....	11
Capítulo 1: Direitos Humanos e Relações Internacionais.....	13
1.1. Direito Internacional dos Direitos Humanos e Relações Internacionais: Um debate em construção.....	13
1.2. Direitos Humanos e a regionalização de demandas: O Sistema Interamericano de Direitos Humanos.....	17
1.3. América Latina e a não-racialização do Debate sobre DIDH.....	21
Capítulo 2: Colômbia e Diáspora Negra: O Pacífico Colombiano e as estratégias de Contenção.....	24
2.1. A Diáspora no contexto colombiano recente: o conflito armado e uma paz instável e incompleta.....	25
2.2. A construção da nação colombiana e a regionalização da raça.....	28
2.2.1. O Pacífico Colombiano e a regionalização da população negra.....	30
2.3. A luta afrocolombiana: A centralidade do território.....	33
2.3.1. A luta afrocolombiana: Internacionalização como forma de contenção.....	35
Capítulo 3: Espaço humanitário Puente Nayero em Buenaventura: Um estudo de caso sobre o racial e o internacional.....	41
3.1. A cidade de Buenaventura enquanto território negro e sua localização no quadro nacional.....	42
3.2. “Puente Nayero, Melhor que Veneza”: Sobre a experiência de construção do Espaço Humanitário de Puente Nayero.....	46
Conclusão.....	58
Referências Bibliográficas.....	62

## INTRODUÇÃO

A escrita desse trabalho é uma experiência acadêmica de afeto e respeito. A primeira vez que visitei o espaço humanitário de Buenaventura em abril de 2018, não tinha estudado aprofundadamente sobre os processos de construção de paz, resistência e luta pela vida e dignidade das comunidades negras do Pacífico Colombiano, muito menos da população negra do país dentro de um quadro geral. Em meio a presença militar, a visita de estudantes da Universidade Nacional, com seus celulares, câmeras e cadernos, todos inquirindo os habitantes locais e caminhando pelas aparentemente frágeis pontes de palafitas, tinha por si só um impacto e uma “despersonalização” do espaço, impossível de evitar por mais que desejassem, se o fizessem, os estudantes ou professores responsáveis pela saída de campo. O olhar antropológico, em sua maioria branco, permite um distanciamento do objeto de estudo, vindo com a certeza da diferença entre aquela população negra e o eu, racional, acadêmico e analítico. O mesmo não é igual para uma pesquisadora negra e periférica, refletida nas dinâmicas da diáspora que são muitas vezes similares, em termos de violência, objetificação e vivência cotidiana do medo, mas também, similares em termos de reconhecimento mútuo, companheirismo e resistência. Falo nesse trabalho pelo ponto de vista de uma mulher negra, jovem, moradora de São Sebastião no Distrito Federal, filha de pais e avós nordestinos, sem direito a conhecer o próprio passado para além dessas duas gerações, e constantemente me perguntando sobre de quantas exceções meu futuro será feito. Meu lugar não é e nunca foi um lugar de conforto.

Com isso, não quero em nenhum momento me colocar como conhecedora das dinâmicas sociais vividas por todas as populações negras do mundo, muito menos pela população de Puente Nayero. As dinâmicas vividas por cada população da diáspora negra, apesar de suas similaridades, são dinâmicas próprias, marcadas e nacionalmente localizadas. Assim como grande parte da população negra colombiana, a população de Puente Nayero viveu contextos de violência sistêmica ocasionados pelo Conflito Armado no país, como a presença de grupos paramilitares e guerrilhas, o deslocamento forçado, o desmembramento e desumanização, os quais eu, estudante acadêmica brasileira, nunca poderei acessar de maneira objetiva ou subjetiva, e não tenho pretensões de fazê-lo. No entanto, enquanto mulher negra, não posso e nem quero que haja a presunção de que esse trabalho é ancorado na ilusão de se fazer uma ciência imparcial. Essa escrita, suas pesquisas e suas entrevistas são marcadas pelo meu lugar no mundo e na diáspora, e pela história dos meus em seus navios em portos brasileiros, não distante da história dos navios que trouxeram as populações negras

aos portos colombianos, e diante disso, é marcada pelo afeto dos reencontros e respeito às singularidades e diferenças.

Puente Nayero é um desses espaços onde reencontros e reconstruções acontecem. Reencontros com o direito a ter um território e decidir autonomamente como construí-lo, reencontros ancestrais de pessoas que decidiram fazer desse espaço seu lar, reconstruções materiais e literais de terras à beira do mar e também reconstruções do próprio tecido social e do sentido de pertencimento. Em um cenário onde o deslocamento forçado é o fenômeno que marca tanto a história daqueles que chegaram e criaram seu lar nessa rua da cidade de Buenaventura quanto a decisão de se organizar através de vários instrumentos, entre eles o Direito Internacional (DI) e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), a população de Puente Nayero lutou e luta ainda hoje pelo direito de ficar, de construir uma vida e uma comunidade em um espaço livre de violência.

Por fim, o que se busca com esse trabalho é entender através dessa experiência como o Direito Internacional tem sido posto e disputado pelas populações negras. Em especial se analisa se o DI é visto como um instrumento possível de busca por direitos territoriais frente ao Estados. Como metodologia, o trabalho tem como base a revisão bibliográfica sobre o tema e, em especial, entrevistas realizadas por mim na cidade de Buenaventura com líderes do Espaço Humanitário, como Orlando Castillo e William Mina, e membros da *Consultoría para los derechos humanos y el desplazamiento* (CODHES), que tem trabalhado com Direitos Humanos na cidade há alguns anos. Tendo em vista o caso de Puente Nayero, esse trabalho se inicia com uma discussão sobre as Relações Internacionais e o próprio Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH) e seu papel na construção de um regime internacional antirracista na América Latina. Em seguida, busca-se tornar mais visíveis e destacados os fenômenos que caracterizam a história da diáspora negra na Colômbia, a conformação da nação colombiana, incluindo a formação territorial, e a luta afrocolombiana por território e vida. Por fim, o caso de Puente Nayero é melhor apresentado dentro do contexto da cidade de Buenaventura, como forma de exemplificar a função que o DIDH tem assumido nesse contexto.

# **CAPÍTULO 1**

## **DIREITOS HUMANOS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

### **1.1. DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UM DEBATE EM CONSTRUÇÃO**

Pensar Relações Internacionais (RI) é pensar um conjunto de elementos dos mais diversos que pautam as discussões sobre o cenário internacional, seus atores, suas formas de agir e os resultados possíveis dessas ações. Dentro do quadro das RI, temas como sexualidade, gênero, atores não estatais, empresas, mídia, internet, ética e moral e em alguma medida, raça e racismo<sup>1</sup>, têm ganhado alguma relevância diante do contexto acadêmico, político e social contemporâneo, e se inserem como pontos importantes de discussões que têm causado impacto na política global. Dentro dessa matéria, segundo Steiner e Alston (1996) a discussão sobre o Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH) -uma das faces do Direito Internacional- é um dos debates que tem ganhado notoriedade. Através da aplicação do DIDH, a inclusão de novos temas e demandas por reconhecimento e direitos têm sido feitas, tornando esse instrumento reconhecido como uma das estratégias de disputa dentro das relações internacionais e do Sistema Global, e em especial, como um instrumento de promoção de justiça e reparação também regionalmente.

A literatura sobre o DIDH - seu histórico, aplicação, efetividade, e instrumentos- também tem discutido sobre esse fenômeno de “dispersão” do uso do Direito Internacional dos Direitos Humanos. A autora Kathryn Sikkink (2015) aponta que novos temas estão cada

---

<sup>1</sup>Note-se que durante todo o documento as categorias raça e racismos serão eixos direcionadores da discussão. Para que não fiquem dúvidas sobre o uso desses termos enquanto conceitos sociológicos de grande impacto na vida de milhões de pessoas, aponto definição de Sérgio Guimarães que diz: “Pois bem, é justamente a partir daí que aparece a necessidade de teorizar as “raças” como o que elas são, ou seja, construtos sociais, formas de identidade baseadas numa idéia biológica errônea, mas eficaz, socialmente, para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios. Se as raças não existem num sentido estritamente realista de ciência, ou seja, se não são um fato do mundo físico, são, contudo, plenamente existentes no mundo social, produtos de formas de classificar e de identificar que orientam as ações dos seres humanos” (GUIMARÃES, 1999, p.153). Para além, e porque considero pertinente trazer as normas do Direito internacional para a discussão, o documento da Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, em seu Artigo 1º declara que “A discriminação entre seres humanos em razão da raça, cor ou origem étnica é uma ofensa à dignidade humana e será condenado como uma negação dos princípios da Carta das Nações Unidas, como uma violação dos direitos humanos e liberdades fundamentais proclamados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, como um obstáculo às relações amigáveis e pacíficas entre as nações e como um fato capaz de perturbar a paz e a segurança entre os povos”, não apenas reafirmando o uso das categorias enquanto fenômenos sociais de grande impacto, como também como uma violação do Direito Internacional dos Direitos Humanos.

vez ganhando maior importância no movimento pelos Direitos Humanos (DH), especialmente desde a década de 90. Dentre esses temas estariam os problemas de violações endêmicas de direitos humanos ocorridas dentro de sistemas eleitorais, violações de direitos de grupos vulneráveis, incluindo mulheres, LGBT's e população indígena, violações de DH por firmas nacionais e corporações transnacionais, e casos envolvendo desenvolvimento e meio ambiente, o que exemplificaria que, cada vez mais, populações antes afastadas da esfera de demandas internacionais, estariam se apropriando de certos instrumentos dos DIDH para terem seus direitos reconhecidos e pôr um fim às violações e às violências as que estão sujeitas.

Dentro desse debate sobre novos atores, de forma complementar, alguns autores apontam também para a presença cada vez mais marcante de Organizações Não Governamentais (ONG's) nos espaços de articulação e discussão dos Direitos Humanos. As ONG's teriam cada vez maior relevância ao possibilitar, por exemplo, que essas populações e grupos, antes afastados, tenham representação e apoio, muitas vezes, mais fortes e de certa forma especializado em órgãos e organizações internacionais importantes. Nesse ponto, Rossana Reis (2006) também aponta que houve um deslocamento feito em matéria de sujeitos internacionais importantes na discussão sobre Direitos Humanos. Ao escrever sobre as ONG's como um dos atores atualmente vistos como protagonistas da sociedade internacional, a autora ressalta que nos últimos anos esses organismos teriam se estendido pelo mundo, atuando de forma internacional e criando redes e alianças, sendo cada vez mais vistas como organizações legítimas de atuação na estrutura formal de proteção aos direitos humanos e sendo consideradas representantes da opinião pública global. Tratando de maneira geograficamente localizada, Kathryn Sikkink (2015) aponta que nas Américas, as ONG's têm papel fundamental, sendo *link* em esforços internacionais e regionais para promover a democracia e os direitos humanos.

Para compreender melhor as mudanças que têm, de certa forma, possibilitado a participação mais ativa desses grupos e temas é necessária uma melhor delimitação teórica e histórica que contextualize o uso do Direito Internacional dos Direitos Humanos e seu “espaço jurídico” de atuação. Essa delimitação pode ser feita por meio de como a literatura tradicional o entende atualmente. É importante ter em mente que a construção da linha histórica dos instrumentos tidos atualmente como marcos e fundadores dos DH estão sendo questionados, avaliados e remoldados na presença de diferentes marcos históricos que foram apagados da narrativa de construção desse regime jurídico. De qualquer modo, se torna relevante apontar quais instrumentos e documentos foram vistos como os principais marcos

de atuação dentro dos DIDH e como a visão sobre Direitos Humanos foi construída e validada na academia.

Segundo o professor, jurista e magistrado brasileiro Cançado Trindade (2006), os Direitos Humanos em si teriam surgido, historicamente, da ideia de que existem um conjunto de direitos que todos os seres humanos possuem, independente de suas características, e que são derivados de sua condição humana. De acordo com Cançado Trindade (2006), o Direito Internacional dos Direitos Humanos seria inspirado nos princípios da universalidade, integralidade e indivisibilidade dos direitos inerentes à pessoa humana e abarcaria em seu *corpus* normativo, lato sensu, o Direito Internacional Humanitário e o Direito Internacional dos Refugiados<sup>2</sup>, que convergiriam na realização do propósito de proteger a pessoa humana em tempos de conflito armado ou paz, em seu país ou em outro, em todas as áreas da atividade humana e em qualquer circunstância. O Direito Internacional dos Direitos Humanos seria ainda superior e anterior ao Estado ou a outras formas de organização político-social, apontando para uma subjetividade internacional do indivíduo dotado de capacidade jurídico-processual internacional. Em seu texto, o autor identifica que, em perspectiva histórica, teríamos fatores que estariam impulsionando a asserção dos direitos humanos em âmbito global. Dentre esses fatores encontramos a descolonização, o reconhecimento dos direitos dos povos e da nova dimensão do direito de autodeterminação, e a crescente presença e influência das ONG's e outras entidades da sociedade civil nos espaços de discussão internacionais. Esses seriam fatores possibilitadores de novas atuações e novos grupos nas esferas globais de demanda por Direitos Humanos.

Já segundo Reis (2006), esse conjunto de direitos conhecidos hoje como Direitos Humanos teria tido seu reconhecimento internacional e posituação afirmado através da elaboração de documentos a partir da segunda metade do século XX.<sup>3</sup> Esse seria o marco

---

<sup>2</sup> Segundo o Comitê internacional da Cruz Vermelha, o Direito Internacional Humanitário é um conjunto de normas que procuram limitar os efeitos de conflitos armados através da proteção das pessoas que não participam ou que deixaram de participar nas hostilidades, e restringe os meios e métodos de combate. Já o Direito Internacional dos Refugiados, segundo Liliana Jubilut, pertencem ao Direito Humanitário, no entanto, os refugiados podem também solicitar refúgio com base em outros tipos de perseguições, ou ainda em função de violações de direitos humanos. Ou seja, a guerra é somente uma das causas motivadoras do refúgio, não sendo a única. Por isso, mais adequado entender o Direito Internacional dos Refugiados como uma vertente do Direito Internacional dos Direitos Humanos, o qual engloba os Direitos Humanos propriamente ditos, o Direito Humanitário e o Direito Internacional dos Refugiados (JUBILUT, 2007).

<sup>3</sup> Importante notar, como escreve Herrera Flores (2009) que, em um sentido mais amplo os direitos humanos não coincidem necessariamente com as normas internacionais que o regulam, sendo o objeto que essas normas pretendem regular. Os direitos humanos seriam processos institucionais e sociais que possibilitam a abertura e consolidação de espaços de luta pela dignidade humana. Nesse sentido, sua universalidade viria não de normas,

temporal em que esses direitos começam a ser incorporados também na política externa dos Estados. Segundo a autora, o reconhecimento desses direitos ganha maior notoriedade depois da Segunda Guerra Mundial, onde se passa a responsabilizar a sociedade internacional pela proteção da vida e dos direitos dos indivíduos. Outros autores como Vieira (2002) sustentam a mesma argumentação, declarando que é da demonstração de irracionalidade e da capacidade do homem de se autodestruir que surge a ideia contemporânea de direitos humanos, em especial em face dos eventos da II Guerra Mundial. Dentro desse contexto histórico, o primeiro passo no sentido da construção de um Direito Internacional dos Direitos Humanos teria sido a inclusão dos ‘ideais’ de respeito e observância dos direitos humanos como obrigações das Nações Unidas e seus Estados membros, que constam na Carta de fundação da Organização. Esses direitos seriam mais tarde explicitados na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que acaba por não alcançar força jurídica. A partir desse marco, os Direitos Humanos passariam então, em tese, a ser incorporados na responsabilidade internacional dos Estados no Sistema e sua violação se tornaria um tema de preocupação global.

Segundo Reis (2006), uma série de documentos são considerados como marcos fundadores do DIDH, sendo eles a assinatura da Carta da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945, a carta de fundação do Tribunal de Nuremberg (1945-1946) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948. Parte da literatura sobre o tema confecciona motivos e razões que explicam a “aceitação” por parte dos Estados do Sistema Internacional desses documentos e do que eles representavam, conjecturando ainda sobre os impactos “morais” que as atrocidades cometidas durante a II Guerra trouxeram para a responsabilização internacional. No entanto, para além da discussão sobre a inclusão do tema na agenda internacional, outro aporte importante da literatura sobre Direitos Humanos seria aquela que trata sobre a relevância e aplicabilidade desses documentos para a efetivação desses direitos. Segundo Reis (2006), o processo de juridicização dos direitos humanos foi historicamente lento, marcado por controvérsias e, em seu nascimento, pela disputa da Guerra Fria entre os blocos capitalista e comunista. Ao longo dos anos, apesar da lentidão dos processos, uma série de outros acordos que tinham por objetivo a proteção mais direcionada e específica de determinados direitos foram também criados. Como exemplo teríamos, segundo a autora, a

---

mas sim do fortalecimento de indivíduos, grupos e organizações na hora de construir um marco de ação nos contextos em que está inserido.



Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos e Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes (1987); a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951); a Convenção Relativa aos Apátridas (1954 e 1961); a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação da Mulher (1979); a Convenção de Direitos da Criança (1989); a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965), entre outros. Além disso, na segunda metade do século XX também foram criados mecanismos regionais, como a Convenção Européia dos Direitos Humanos, a Convenção Africana dos Direitos Humanos (1981) e a Convenção Americana dos Direitos Humanos (1969). (REIS, Rossana Rocha. **Os Direitos Humanos e a política internacional**. P. 34 e 35).

Esses instrumentos teriam permitido uma maior aplicabilidade e alcance desses direitos e, a partir deles, notamos também o reconhecimento dos direitos de grupos estruturalmente discriminados. No entanto, Reis (2006) também aponta que, apesar de alguns casos bem-sucedidos, os direitos humanos seriam ainda considerados parte de um regime de *soft law*, com poucos mecanismos de execução, atuando, de modo geral, de forma a constranger o Estado, o que poderia ser interpretado como fator que reduziria substancialmente a eficácia da política internacional de direitos humanos.

## **1.2. DIREITOS HUMANOS E A REGIONALIZAÇÃO DE DEMANDAS: O SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS**

Dentro do Sistema Global de proteção dos Direitos Humanos existiria ainda os Sistemas Regionais de proteção, que atuariam de forma mais localizada e geográfica quanto às violações que ocorrem nos continentes. Para fins deste trabalho, é importante o reconhecimento e análise dos mecanismos regionais para entender, em especial, o quadro de proteção de Direitos na América Latina.

Segundo Christof Heyns et all (2006), as leis internacionais de direitos humanos têm diferentes níveis, incluindo o sistema global, cujo principal ator seria a ONU, e os sistemas regionais, que cobrem as regiões da África, Américas e Europa. Assim que, somente se os direitos de algum indivíduo, grupo, etc. não estão sendo protegidos em seu país, o sistema internacional entraria, segundo os autores, em ação. Os sistemas regionais de proteção dos direitos humanos permitiriam que adotássemos mecanismos que melhor se encaixam nas condições locais de proteção, sendo mais flexíveis que o sistema global, o que nos leva a entender que os mesmos representam melhor as necessidades geográficas de reparação e

justiça em cada continente, podendo, dessa forma, melhor proteger e aportar para a discussão e construção do quadro de DH em cada região. A importância desses sistemas regionais e, em especial, do Sistema Interamericano é estudada por diversos autores. É interessante notar que a discussão feita inclui também a relevância da América Latina, de modo geral, para a construção do quadro institucional contemporâneo de DIDH.

Encontramos no texto de Sikkink (2015) o diálogo teórico que discute como estudiosos jurídicos da América Latina, tomadores de decisão e ativistas teriam há muito tempo estado na vanguarda da luta por direitos humanos internacionais e democracia (Atkins 1989; Covarrubias 2008; Domínguez 2008), contestando a visão anterior de centralidade europeia na construção desse aparato jurídico. Segundo Sikkink (2015), por exemplo, em geral se enfatiza na história da construção do regime de direitos humanos globais a Declaração Universal dos Direitos Humanos, realizada pela Assembleia Geral em dezembro de 1948, como o momento fundador do quadro de proteção dos DH. No entanto, os Estados americanos já haviam aprovado oito meses antes a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, que continha noções de DH que, inclusive, seriam depois levadas em consideração na escrita da Declaração Universal. Já de acordo a Carozza (2003) em trecho apontado na obra de Sikkink (2015), as origens da preocupação latino-americana com os direitos humanos podem ser traçadas desde muito antes no trabalho de Bartolomé de las Casas no período colonial e na ‘adoção’ de escritores iluministas durante as guerras independentistas. Importante seria apontar aqui que é necessária uma discussão sobre os termos em que se falava de Direitos Humanos no período, dada a visão colonial de desumanização que se tinha da população negra e indígena no continente e noções hoje distintas sobre autodeterminação, raça, racismo, etnocídio, etc.

Para além de Carozza, outros estudiosos teriam apontado ainda o trabalho de diplomatas e juristas no século XX como importante fator de construção da ideia de Direitos Humanos na região. Segundo Sikkink (2015), pesquisas históricas insinuam que a inclusão de maneira tão proeminente de referências aos direitos humanos na Carta das Nações Unidas somente foram possíveis pelo trabalho do grupo de países latino-americanos, aliados a outros Estados pequenos e a Organizações Não-Governamentais. Durante a reunião de São Francisco, delegações latino-americanas teriam insistido que a Carta contivesse salvaguardas e garantias de respeito pelos Direitos Humanos e estabelecesse um sistema efetivo de justiça internacional que assegurasse esses direitos, o que acaba por não ser efetivado em sua totalidade, devido a preocupações quando a soberania dos Estados e pressões das grandes potências. No entanto, esse fato exemplificaria a participação ativa dos países latino-

americanos na construção do quadro de proteção dos DH mundialmente e, de modo específico, na Conferência de São Francisco<sup>4</sup>. Como apontado por As Morsink (1999) Humphrey (1984) Glendon (2003) e Carozza (2003), países latino-americanos e ONG's tiveram um importante papel na escrita da Declaração Universal de Direitos Humanos (UDHR), em particular no que toca os direitos sociais e econômicos presentes na carta. Alguns países como México, Cuba e Chile teriam ajudado ainda na inserção de tópicos sobre o direito à justiça (SIKKINK, 2015).

Voltando um pouco para o quadro regional de instrumentos e sua consolidação, segundo Sikkink (2015), depois de proclamar a Declaração Americana de Direitos humanos em 1948, nenhuma ação teria sido tomada até 1959 para se criar um mecanismo institucional de proteção dos direitos contidos na Declaração. Somente em 1959, os Estados da Organização dos Estados Americanos (OEA) teriam criado a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, com a função de promover o respeito pelos direitos humanos. No entanto, a comissão foi criada sem um acordo vinculante. Em 1960, os Estados teriam começado negociações para um acordo legalmente vinculante, a Convenção Americana de Direitos Humanos, que foi eventualmente adotada e aberta para ratificação em 1969. Essa convenção incorporou a CIDH e criou a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Quando a nova Corte foi de fato instaurada em 1979, a maioria dos países da região era governada por ditaduras com grandes violações de direitos humanos básicos, quadro no qual, segundo a autora, tanto a Corte como a Comissão teriam tomado ações contundentes em benefício dos DH (SIKKINK, 2015).

É notável a importância dada aos sistemas de proteção de direitos humanos regionais como sistemas que viabilizam a aplicação dos direitos de modo mais efetivo e, supõe-se, mais abrangente das necessidades dos diversos grupos regionais e suas particularidades. Segundo Vieira (2002), o Sistema Interamericano seria ainda melhor estruturado e viável que o Sistema ONU, aproximando-se de um sistema de caráter constitucional. Em termos de acesso, o professor Cançado Trindade (2006) aponta para um contexto de acercamento do indivíduo a esse sistema, onde atualmente o mesmo acessa a tribunais internacionais como a Corte Interamericana. O acesso a esses tribunais como instrumento de proteção de seus direitos seria uma demonstração da 'humanização' do Direito Internacional. Aqui o indivíduo é elevado a sujeito do Direito Internacional com capacidade processual. Assim, segundo

---

<sup>4</sup> Segundo Eugênio V. Garcia (2015), a conferência de São Francisco foi a conferência onde se aprovou o texto constitutivo da Organização das Nações Unidas que aprovou o texto constitutivo das Nações Unidas. Nessa conferência, os países latino americanos tiveram uma atuação ativa, sendo bem-sucedidos em incluir princípios como o de justiça e direito internacional na Carta das Nações Unidas.

Cançado Trindade (2006), no Sistema Interamericano de proteção dos direitos humanos, a petição individual estaria se constituindo como uma forma de enfrentar casos não só individuais, como também violações maciças e sistemáticas.

Outros autores apresentam ainda maior otimismo frente à efetividade do Sistema de proteção latino-americano, desconsiderando, em alguns casos, violações sistemáticas que ainda acontecem na região. Segundo Diego García-Sayán (2015), por exemplo, desde seu estabelecimento em 1979, a Corte Interamericana de Direitos Humanos tem se tornado, progressivamente, um importante ‘instrumento’ para a proteção de direitos humanos e defesa da democracia. Atualmente, a natureza vinculante de suas decisões não seria mais foco de discussão, tendo a mesma, dessa forma, enorme impacto na região através do exercício de seu mandato, estabelecido no artigo 63.1 da Convenção Americana<sup>5</sup>. Segundo o autor, o quadro atual seria o de mudanças positivas e dramáticas na América Latina, onde violações sistemáticas de direitos humanos estariam no passado (García-Sayán, 2015). Nesse ponto e reconhecendo de antemão a importância da atuação da Comissão e da Corte Interamericana, é importante notar também que violações sistemáticas continuam a acontecer na América, em especial contra grupos e populações historicamente marginalizados como são as populações negras da diáspora, que vêm sofrendo por séculos com o racismo, o extermínio, o deslocamento forçado, entre outras violências diversas por parte do Estado e de grupos paraestatais. Levando o trecho de García-Sayán em consideração, reconhecer essas violações é de extrema importância porque significa uma admissão da invisibilização e desumanização dessas populações. Tratar as violações como tema superado é tratar essas humanidades como superadas, negando-lhes o direito ao reconhecimento e à justiça, o que significa, em si, uma negação de seus direitos humanos.

Reconhecendo esses desafios ainda presentes para se aproximarmos de uma total efetividade do Sistema Interamericano, a atuação da Corte, em especial, tem sido de extrema importância para o fortalecimento da proteção aos DH no continente. Em mais de 30 anos de operações, segundo texto do mesmo autor Diego García-Sayána (2015), a Corte Interamericana teria adotado decisões muito importantes, como por exemplo, o dever de adaptar provisões da legislação doméstica para requerimentos da Convenção, o dever de investigar e punir responsáveis por violações de direitos humanos e o direito ao processo e à

---

<sup>5</sup> A convenção Americana sobre Direitos Humanos, conhecida também como Pacto de São José da Costa Rica, foi adotada no da Organização dos Estados Americanos e celebrada em São José da Costa Rica, em 22 de novembro de 1969, reafirmando um propósito de consolidar no Continente, um regime de liberdade pessoal e de justiça social, fundado no respeito dos direitos essenciais do homem. Explicação retirada de Senado Federal (2013).

reparação judicial efetiva. As atividades da Corte teriam tido grande impacto, formando uma ponte entre os Estados e organizações internacionais. Ainda assim, o maior impacto da Corte seria sua influência nos tribunais nacionais, sendo suas decisões muitas vezes guia e parâmetro para o próprio processo decisório de cortes nacionais. Segundo o autor, a jurisprudência da Corte interamericana tem sido consistente em enfatizar também a obrigação de garantir direitos humanos que incluem a obrigação de prevenir, investigar e punir graves violações. Uma série de decisões teria reafirmado essas obrigações do Estado, contribuindo de forma importante para a investigação de violências passadas por cortes nacionais como uma forma de combater a impunidade e futuras violações (García-Sayána, 2015). Já a Comissão Interamericana, segundo Ana Lúcia Gasparoto (2011), que representaria todos os Estados membros da OEA, é a primeira realmente encarregada de verificar, no continente americano, violações de DH, aceitando petições de pessoas, grupos, entidades não-governamentais e outros Estados membros da OEA. A Comissão teria ainda, atualmente, funções como a de promover a defesa e a observância dos DH na região, formular recomendações e solicitar informações dos Estados membros.

### **1.3. AMÉRICA LATINA E O SILENCIAMENTO DA QUESTÃO RAICIAL NO DEBATE SOBRE DIDH**

No entanto, para além de reconhecer esses instrumentos e o uso cada vez mais amplo dos mesmos, é importante apontar de forma mais contundente os silêncios, históricos e acadêmicos, dos Direitos Humanos quanto à “situação” das populações negras das Américas. Silêncios esses que não acontecem apenas, como já apontado, quanto à invisibilização das violações sistemáticas que ainda acontecem contra essas populações. Pensar o Direito Internacional dos Direitos Humanos é pensar em um conjunto de direitos que foi projetado<sup>6</sup> enquanto um instrumento geograficamente localizado, politizado, e inserido, como não poderia deixar de ser, em um contexto hierarquizado segundo uma ordem de importância internacional já delimitada. Em termos de contribuição para os DH, também não se reconhece a importância de populações negra para a construção do debate. Segundo Karine Silva e Luiza Perotto (2018), o Direito Internacional teria negado “a historicidade, a subjetividade, a memória e a agência das populações não-brancas e não-ocidentais”, assim que, “as

---

<sup>6</sup> Não no sentido de criação, mas de projeção de sua importância internacional. O mesmo não significa que esse conjunto de direitos não possa ser apropriado, e que não tenha relevância para a disputa de grupos fora do mainstream do poder global.

subjetividades negras teriam sido condenadas à zona do ‘não-ser’ pelo *mainstream* do Direito Internacional Público (DIP)”. Exemplo disso, segundo as autoras, seria o desprezo oferecido pelo Direito Internacional à importância da história e existência da Revolução Haitiana, a primeira república negra independente das Américas, asfixiada por sua ex-metrópole e pelas metrópoles do período (SILVA; PEROTTO, 2018).

Se fixando na história da Revolução Haitiana para explicar essa zona do “não-ser”, a autora destaca que a mesma seria importante à medida que demonstrou a capacidade de agência e vitória de indivíduos antes escravizados. Já em sua constituição, o Haiti apontaria para princípios que hoje seriam considerados como fundadores do que é considerado DIDH. O texto aprovado em 1805,

“consagrou o princípio da autodeterminação dos povos, da soberania e independência nacional (art. 1o), sancionou a abolição da escravatura de forma pioneira (art. 2o), aclamou os direitos de igualdade perante a lei entre os haitianos (arts. 3o e 4o), de propriedade (art. 6o), liberdade religiosa (art. 50) e de culto (art. 51).” (SILVA, Karine de Souza, PEROTTO, Luiza Lazzaron. **A Zona do Não-Ser do Direito Internacional: os povos negros e a Revolução Haitiana**, 2018. P. 141)

Segundo as autoras, essa ausência e omissão da Revolução do Haiti na história mundial é produto de uma “amnésia intencional”, que serve para ‘esconder’ e ‘minimizar’ as atrocidades que as potências ocidentais causaram no país e mascarar as estruturas racializadas do sistema, levando em conta que, até mesmo para o padrão brutal de exploração da mão-de-obra escravizada no período colonial, o tratamento dado aos africanos escravizados no território hoje conhecido como Haiti era aterrorizante. Assim que, nem a Constituição do Haiti teria sido considerada um objeto de estudo relevante para autores da literatura dos Direitos Humanos, apesar de ter introduzido noções exigentes de DH desde 1805. Por conta desta ‘amnésia intencional’, esse importante documento não ocupa espaço de relevância em análises dessa literatura enquanto um marco importante para a discussão dos DIDH.

Segundo Silva e Perotto (2018), no Direito Internacional existiria um continuado desprezo pelas questões envolvendo colonialismos, escravidão e raça. Esse desprezo esconderia expressões de imperialismo que propagam a noção de igualdade ao mesmo tempo em que perpetuam relações de dominação e blindam ex-colonizadores de reparar as vítimas desses crimes. Assim que o DIP estaria limitado por uma modernidade que seria tanto eurocêntrica, quanto hierarquizada. No texto das autoras encontramos diálogo teórico entre Chimni (2007), Grovogui (2006) e Park (1987), que destacam que as populações não-

européias tiveram papel importante na construção dos Direitos Humanos, no entanto, suas contribuições são apagadas, sendo a própria Revolução Haitiana um dos pontos importantes e de protagonismo negro na construção desses direitos. Como aponta Queiroz (2017), o Haiti se coloca dentro do Sistema Internacional como um país de antiescravismo radical, não apenas nacional, e parte de um movimento que é transnacional e transimperial, que oferece sua cidadania a todos e todas que pudessem ter sido alvo da escravidão colonial e do genocídio, dimensionando essa “categoria” em novas bases e dinâmicas. Assim que reconhecer as contribuições do Haiti para o Direito Internacional e, em especial, para o DIDH se torna crucial à medida que nos ajuda a compreender que as populações negras e a luta antirracista se encontram no cerne da discussão sobre Direitos Humanos, mas, ao mesmo tempo, são silenciadas e invisibilizadas nesse debate.

Mesmo ao tratar das contribuições dadas por países latino-americanos, se esquece das contribuições dadas pelas constituições haitianas pós-revolucionárias para o DIP e para as noções sobre garantias de direitos e cidadania. A luta por independência haitiana foi primordialmente uma luta contra o racismo e todas as violações ocasionadas pelo mesmo através do sistema colonial. Assim que, apontar a vanguarda dessas proposições contidas na constituição haitiana enquanto precursoras do que hoje se entende como Direitos Humanos é colocar como vanguarda também a luta antirracista. É colocar essa luta como uma questão central na discussão e demandas por direitos. Seguindo a mesma linha, Ferreira (2017) aponta que disputar a pauta racial dentro dos direitos humanos é crucial por permitir uma descolonização dos pensamentos de que o racismo e a discriminação ficaram no passado, sendo necessário perceber que o racismo, como outras formas de discriminação, é também impulsionado porque ainda não existe uma consciência sobre os impactos que ele tem, sejam psicológicos, estruturais e/ou sociais.

O Direito Internacional, depois de tanto negar, ocultar e se utilizar do racismo, pode se tornar hoje um instrumento estratégico de organização e condensação de demandas de populações racializadas dentro de seus Estados, seja através do ‘surgimento’, ou melhor, reconhecimento pelo sistema dessas “novas demandas” pela voz de indivíduos, grupos, povos, ONG’s, etc. que têm ganhado notoriedade enquanto atores políticos globais. Dentro dos Estados latino-americanos se torna primordial o reconhecimento desses instrumentos que, muitas vezes, conseguem constranger os Estados a adotar medidas de proteção e/ou reparação, em alguma medida, para populações que têm, desde a fundação dessas nações, seus direitos violados nesses territórios.

## **CAPÍTULO 2**

### **COLÔMBIA E DIÁSPORA NEGRA: O PACÍFICO COLOMBIANO E AS ESTRATÉGIAS DE CONTENÇÃO**

O deslocamento do Direito Internacional enquanto instrumento passível de apropriação é uma pequena ponta de uma gama de estratégias de resistência e disputa utilizadas pelas populações negras em diáspora desde o período colonial em todos os países da América Latina. O fator internacional e transnacional da luta por emancipação e direitos dentro de novos territórios nacionais é, como vimos, muito mais antigo e complexo e envolve, para além do debate sobre Direitos Humanos internacionais, a própria especificidade dessas populações enquanto diáspora africana.

As populações negras da diáspora na América sofreram e sofrem processos de desterritorialização e violência que, ainda que nem sempre reconhecidos, são processos históricos contínuos de violações maciças de Direitos Humanos. A “familiaridade” é um fator que, no entanto, não torna mais apazível ou aceitável a constante desumanização dessas populações. Segundo Ortiz (2017), falar da diáspora africana nos obriga inevitavelmente a retomar a história de escravização dos povos africanos por parte dos europeus, especificamente no que significou o tráfico negreiro enquanto processo que produziu um dos maiores genocídios na história da humanidade. Esse processo marcaria um novo momento da história mundial no que se refere à diáspora como acontecimento histórico mas também como processo de reinvenção, adaptação e transformação, expressas em estratégias de insurreição. Segundo o autor, esse processo traz consigo a articulação da dor e do sofrimento do desterro com a existência e reinvenção da vida em um novo território. Essa articulação tomou formas distintas, ainda que interconectadas por experiências similares. A experiência das gentes negras em cada país têm formado redes de resistência que se estendem pela América Latina, conformando um fenômeno que é, em sua essência, transnacional.

Enxergar esses processos enquanto internacionais e transnacionais nos ajuda a localizar não apenas os “presentes” dessas populações, suas situações atuais, como também, como aponta Rosero-Labbé (2011), nos possibilita reler um passado de desterro histórico continental. Para tornar essa releitura possível, a autora aponta para a importância, primeiramente, de entendermos o tráfico negreiro transatlântico como crime de lesa humanidade que representa um contínuo na vida contemporânea daqueles que descendem dos sobreviventes desse crime. Em se tratando especificamente da Colômbia, isso significaria reconhecer os descendentes de sobreviventes daqueles que teriam entrado pelo Porto de



Cartagena das Índias de 1533 à 1810 na qualidade de peças, desumanizados, partes do projeto de modernidade europeu. É reconhecer ainda que, em pleno século XXI, esse contínuo de violência ainda se expressa através da negação do direito à cidadania plena, e de uma guerra que os converteu e converte de novo em desterrados de territórios onde foram reconstruídas formas de vida depois do desterro inicial.

Nesse processo, as instituições internacionais disponíveis atualmente tomam parte e assumem papéis importantes, seja ao negar ou reconhecer os direitos dessas populações, e também seus processos históricos de dor, luta e reconstrução. Segundo Oslender (2011) na Colômbia, as comunidades negras têm criado vários mecanismos de defesa e de denúncia contra a realidade do *desplazamiento* forçado<sup>7</sup>, massacres e perda de territorialidade, se mobilizando em escalas que vão desde o local até o global. No centro das estratégias de resistência, configurando-se como uma das demandas mais centrais e urgentes, está a intenção de não mais se deixar desterrar de seus territórios. O que se buscaria, segundo o autor, seria gerar processos de reterritorialização, de voltar a ter o controle territorial perdido. Nesses esforços, a solidariedade internacional teria um papel importante. Segundo Oslender (2011) conectar-se com a comunidade internacional pode significar para além de uma opção de luta, uma estratégia cada vez mais necessária para muitas comunidades presas em ciclos de violência, *desplazamiento* e expulsão, como forma de “globalizar a resistência”.

## **2.1. A DIÁSPORA NO CONTEXTO COLOMBIANO RECENTE: O CONFLITO ARMADO E UMA PAZ INSTÁVEL E INCOMPLETA**

A necessidade de globalizar a resistência se apresenta, muitas vezes, frente ao esgotamento das tentativas nacionais de visibilizar e solucionar demandas históricas. A Colômbia não é o único país onde as populações negras se encontram em um processo contínuo de desterritorialização. No entanto, nesse país esse processo têm tomado interessantes cursos devido a uma série de fatores que possibilitaram, em certa medida, uma

---

<sup>7</sup> O termo *desplazamiento*, ou *desplazamiento forzado* faz referência ao fenômeno de deslocamento ou migração interna forçada, e é utilizado durante todo o trabalho para fazer alusão ao processo de desterritorialização e migração forçada sofrido pela população afrocolombiana, como consta nos diversos documentos e bibliografias citadas neste trabalho, sendo “desplazadas/os” as vítimas desse fenômeno. Este termo foi escolhido por ser o mais usado ao se referir à esse fenômeno na bibliografia recente, e seu uso em espanhol é uma decisão pessoal que parte de uma percepção e uso do termo enquanto carregado de uma carga emocional e simbólica referente à perda territorial, humana, de espaços de vida, etc. No entanto, é também utilizado ao fazer referência à essa migração o termo “desterro”, que assim como pontua Aurora Vergara Figueroa (2011), se traduz como desenraizamento, desarraigamento, exílio, êxodo e banimento, de modo a capturar de modo mais profundo essa desapropriação e desterritorialização histórica da população negra colombiana, sendo intrinsecamente ligada a questões raciais, de classe, gênero, dimensões regionais e geracionais.

centralidade da luta por território dessas comunidades e a institucionalização da globalização da resistência de forma mais abrangente. No quadro histórico recente, o conflito armado de longa duração que viveu o país nas últimas décadas coloca em destaque, de modo geral, as violações cometidas nesse período. No entanto, ao mesmo tempo em que surgem demandas atuais de reparação, outros grupos e populações apontam para uma situação histórica de violações de DH que, em grande medida, já eram existentes e foram agravadas pelo conflito armado.

Recentemente, o Acordo de Paz assinado em 2016 entre o governo colombiano e as Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) colocou um ponto de inflexão no conflito armado no país, trazendo uma “paz” que ainda não se pode afirmar ser permanente ou duradoura. Segundo Ríos (2017), o acordo de paz assinado em 2016 marcaria o fim de uma guerra que se inicia oficialmente 1964, mas que conta com raízes muito mais antigas, envolvendo não apenas grupos de guerrilha como as FARC e o Ejército de Liberación Nacional (ELN), como as Forças Nacionais e diversos grupos paramilitares. Segundo o autor, o conflito armado colombiano fez com que o país experimentasse incomensuráveis doses de violência, seja na forma de assassinatos, desaparecimentos forçados, *desplazamientos* de populações ou sequestros e extorsões. A assinatura do Acordo foi um processo iniciado de maneira informal através de diálogos de paz desde o início de 2011 e, formalmente desde outubro de 2012, que buscou colocar fim a um conflito que em sua duração teve como resultado um montante de 60.000 desaparecidos, 30.000 sequestros, 13.000 vítimas de violência sexual e 220.000 mortes (Ríos, 2017).

No entanto, apesar da melhora em diversos índices de violência, existem evidências de que as violações generalizadas de DH não acabaram e, mesmo depois da assinatura do acordo, têm vitimado grupos, muitas vezes, específicos e historicamente vulneráveis. Segundo relatório da *Coalition of International NGOs UPR Colombia* (CINUC, 2017), o acordo de paz teria trago como resultado a diminuição de certos indicadores de violência, como sequestros e homicídios. No entanto, outros índices não teriam visto melhora durante o período de diálogo e nem posteriormente com a assinatura do documento oficial. O relatório da CINUC intitulado *Informe de la situación de Derechos Humanos en Colombia 2013-2017* aponta para uma situação de violência que permanece ou se intensifica em alguma medida no período estudado. Entre 2013 e 2017 aumenta no país o número de assassinatos de líderes sociais e defensores de Direitos Humanos. No mesmo período, grupos neoparamilitares seguiram cometendo violações graves e massivas de Direitos Humanos e do Direito Internacional Humanitário, como o assassinato de líderes, recrutamento infantil,

*desplazamientos* forçados e violações sistemáticas de espaços humanitários<sup>8</sup> para atacar civis e líderes sociais. O fenômeno do paramilitarismo no período se apresentaria como uma ameaça nacional para a reconfiguração do poder em regiões de alta conflitividade pela terra, recursos e economias ilegais. Não obstante, apesar desse quadro, o Estado colombiano ainda falharia em reconhecer o neoparamilitarismo e seus vínculos a nível local e regional com os setores políticos e econômicos do país e com a força pública.

Outro fenômeno importante apontado é a continuidade do *desplazamiento* forçado no país. No período analisado pelo relatório da CINUC (2017), a Colômbia contaria com um total de 7.4 milhões de pessoas *desplazadas*, a maior cifra do mundo. Para além da ação de grupos armados, este *desplazamiento* também seria causado pela ação de projetos econômicos legais e ilegais que, para além de retirar a população de seus territórios, impediriam retornos, em um quadro onde o Estado não garante os direitos das populações afetadas frente às empresas. Segundo o relatório, esse fenômeno do *desplazamiento* seguiria afetando de maneira desproporcional a população indígena e afrocolombiana, causando inúmeras violações e agravando quadros já existentes de marginalização. Como exemplo, temos que, dentre as vítimas de *desplazamiento* no país, entre 63.8 e 80% vivem em pobreza e entre 33 e 35% em pobreza extrema. Dentre os *desplazados* segundo a ACNUR (2011), os afrocolombianos representam quase um quarto da população *desplazada* no país (22,5%) e um total de 12.3% dos que se encontrariam em situação de *desplazamiento*. Dentro desse total, 98.3% desses viveriam abaixo da linha de pobreza.

Quanto à situação específica das populações indígenas e afrocolombianas, segundo a CINUC (2017), esses grupos seguiram sendo as principais vítimas de violações de Direitos Humanos por diferentes atores armados de maneira desproporcional. No período estudado, aproximadamente 85% da população afrocolombiana viveria em condições de pobreza e marginalidade, sem acesso a todos os serviços públicos básicos. Em relação ao direito fundamental à livre determinação e à consulta prévia<sup>9</sup>, não se teriam realizados consultas

---

<sup>8</sup> Uma explicação mais detalhada sobre o que são os Espaços Humanitários como uma variação da estrutura das Zonas Humanitárias é dada no Capítulo 3, sendo o estudo de caso o exemplo de uma dessas estruturas.

<sup>9</sup>“Na Colômbia, a Corte Constitucional (Sentença T-576/2014), ao reconhecer as comunidades negras como titulares de direitos coletivos similares aos grupos indígenas, ainda que com as diferenças impostas por suas especificidades culturais e regime legal próprio, reconhece como sujeitos da Convenção 169 e por conseguinte, titulares do direito fundamental à consulta prévia, livre e informada, além dos povos indígenas, as comunidades negras, afrocolombianas, palenqueras, raizales e o pueblo Rom ou comunidades gitanas” (SILVA, 2017)

prévias em vários casos no outorgamento de títulos mineiros, descumprindo claramente o Convênio 169 da OIT<sup>10</sup>, assinado pela Colômbia.

Esse quadro preocupante aponta para uma continuidade do conflito por outras vias e o “manto de paz” estendido pelo acordo talvez torne ainda mais complexo o reconhecimento das violações de DH que ainda ocorrem no território e que, como dito, não são totalmente recentes ou ocasionadas unicamente pelo conflito. A continuidade dessas violações é também a continuidade de processos de desterro já descritos nesse capítulo, e para além disso, causam perdas materiais, culturais e simbólicas irreparáveis, destruindo tecidos sociais e comunitários e afetando em certa medida a sobrevivência e a transmissão geracional das populações negras e indígenas colombianas.

## **2.2. A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO COLOMBIANA E A REGIONALIZAÇÃO DA RAÇA**

A situação de maior vulnerabilidade a qual estão sujeitas as populações indígenas e negras no país não seria, como apontado, uma realidade recente, ou mesmo surgida junto ao conflito. Como forma de contextualizar o quadro nacional que “permite” essa marginalização, torna-se importante tratar da configuração histórica da nação colombiana enquanto Estado e o caminho que nos leva a entender melhor as demandas atuais por reconhecimento e direitos dentro deste território.

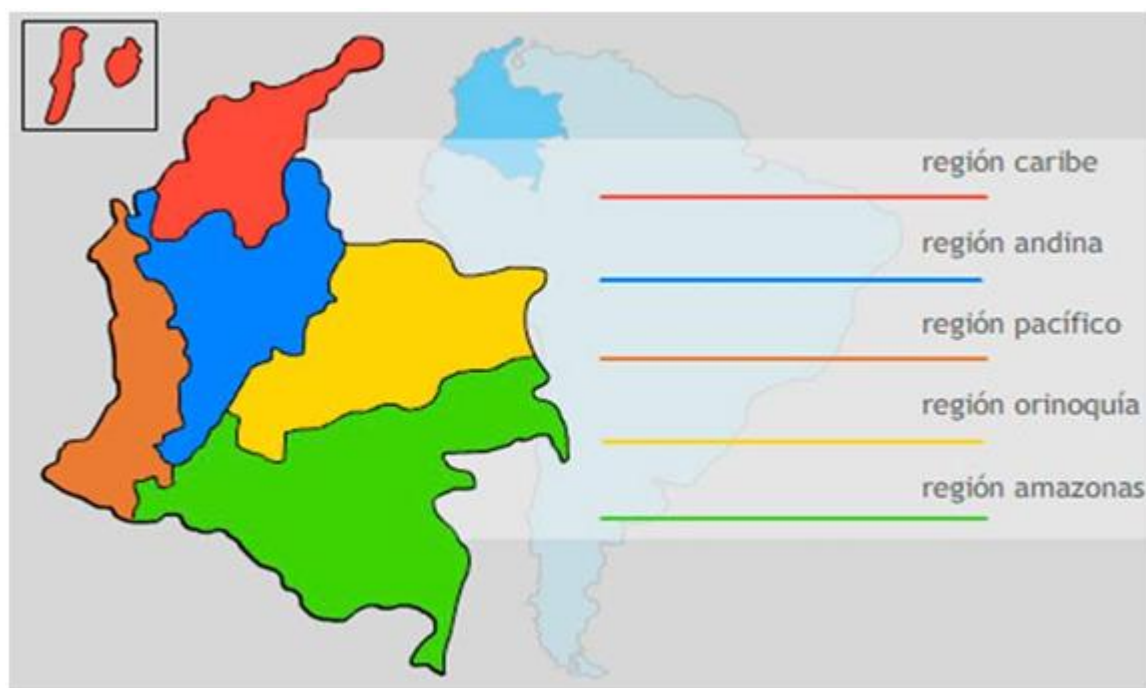
A Colômbia, assim como muitos dos seus vizinhos latino-americanos, construiu suas bases nacionais desde o princípio sob moldes coloniais e racistas. Segundo Santos (2014), a construção do que conhecemos por nação colombiana e por “colombianidade” entre as décadas de 1860 e 1910 tinha por inspiração e modelo a modernidade européia, e a sua ideologia nacional pressupunha investimentos de caráter eugênico visando uma sistemática seletividade racial por meio do incentivo à importação de mão de obra européia e branca. Para além da tentativa de atrair uma população branca para a construção da Nação colombiana, o país foi ainda dividido em regiões, categorizadas e hierarquizadas de acordo com as populações que viviam em diferentes porções do país. Atualmente, essa divisão se

---

<sup>10</sup> “A Convenção n.169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes (1989) - doravante Convenção 169-, ao revisar a Convenção no107 (1957), inaugura o reconhecimento dos chamados “novos” direitos desses povos e comunidades. Agora não mais amparados na ótica paternalista e integracionista, mas no reconhecimento das diversidades étnico-culturais, autonomias e critério da autoatribuição -autorreconhecimento da identidade étnica ou tribal-, enfatizando os direitos territoriais e prevendo os direitos de participação, consulta e consentimento prévio, livre e informado.” (SILVA, 2017)

reflete no imaginário nacional e se traduz em mapas que nos mostram a divisão geográfica da Colômbia:

Figura 1 – Regiões geográficas colombianas



(Fonte: <https://www.colombia.com/colombia-info/informacion-general/geografia/regiones/>)

De acordo com Alfonso Múnera (1998) na conformação do que hoje conhecemos como Colômbia, a geografia exerceu uma influência preponderante na conformação do país como um hábitat dividido em zonas relativamente isolados, onde fatores econômicos e sociais imprimiram uma distinção racial às regiões. Enquanto nas costas Caribe e Pacífica, o “elemento negro” teve papel definidor na região dos Andes orientais a preponderância da população branca teria reduzido a influência da população negra. Assim que, no momento de construir imagens de si mesma, as terras dos litorais se identificaram como de negros e “mulatos” em contraposição ao interior andino, e essas imagens teriam se cimentado com o tempo. Segundo Olaya Requene (2018), essa fragmentação da geografia daria lugar a uma conformação de país que alguns historiadores escolheram chamar de “um país de regiões”. Esse processo teria resultado na valorização da geografia e suas raças, que logo foram popularizadas em formas de estereótipos, articulando dispositivos de um colonialismo interno. Esse processo da transfiguração de regiões geográficas em regiões marcadas também por um componente racial definido, segundo Olaya Requene (2018), operaria através de uma ordem hierárquica e naturalizadora das diferenças populacionais, espaciais e territoriais, instaurando relações de poder que garantiriam a exploração de uns seres humanos pelos outros através do capital.

Ao tratar especificamente sobre a regionalização do país e a posição das populações negras nessa regionalização, Restrepo (2011) aponta que a negritude tem sido, pelo menos desde o século XIX, regionalizada. No imaginário do que seria a “colombianidade”, se teria historicamente sedimentado toda uma geografia, onde umas regiões são mais ou menos negras enquanto outras são imaginadas sem uma presença negra. Nesse imaginário, o autor aponta que as duas regiões costeiras, a do Atlântico/Caribe e a do Pacífico, junto aos vales interandinos, seriam marcadas como regiões negras. A essa geografia nacional se articularia o imaginário social e colonial que consideraria a população negra inferior, e, segundo Restrepo (2011) a partir dessa percepção, argumentaria que a marginalidade e pobreza dessas regiões são resultado das incapacidades dessa raça. Ao longo do século XIX, segundo Restrepo (2013), encontramos relatos na literatura e em outras fontes que apontam a representação da população negra como uma população “por fora” da nação colombiana. Essa população seria vista como não-cidadã e como pessoas que não se encaixam no projeto de civilidade pensado pelas elites. Atualmente, segundo o autor, a subalternização da população afrodescendente na Colômbia se mostraria em, pelo menos, quatro aspectos, sendo eles a invisibilidade histórica, a discriminação racial, a marginalização e não participação nos “benefícios do desenvolvimento”, e sua sobre-representação nos números de vítimas do conflito armado.

Em resumo, a Colômbia, desde sua formação, selecionou as regiões hierarquicamente inferiores, que não sem razão, eram regiões de maioria negra e indígena, e essa divisão têm efeitos materiais atualmente, afetando a “divisão de direitos”, a efetividade de medidas protetivas e as probabilidades e impactos de violações de Direitos Humanos.

### **2.2.1. O PACÍFICO COLOMBIANO E A REGIONALIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA**

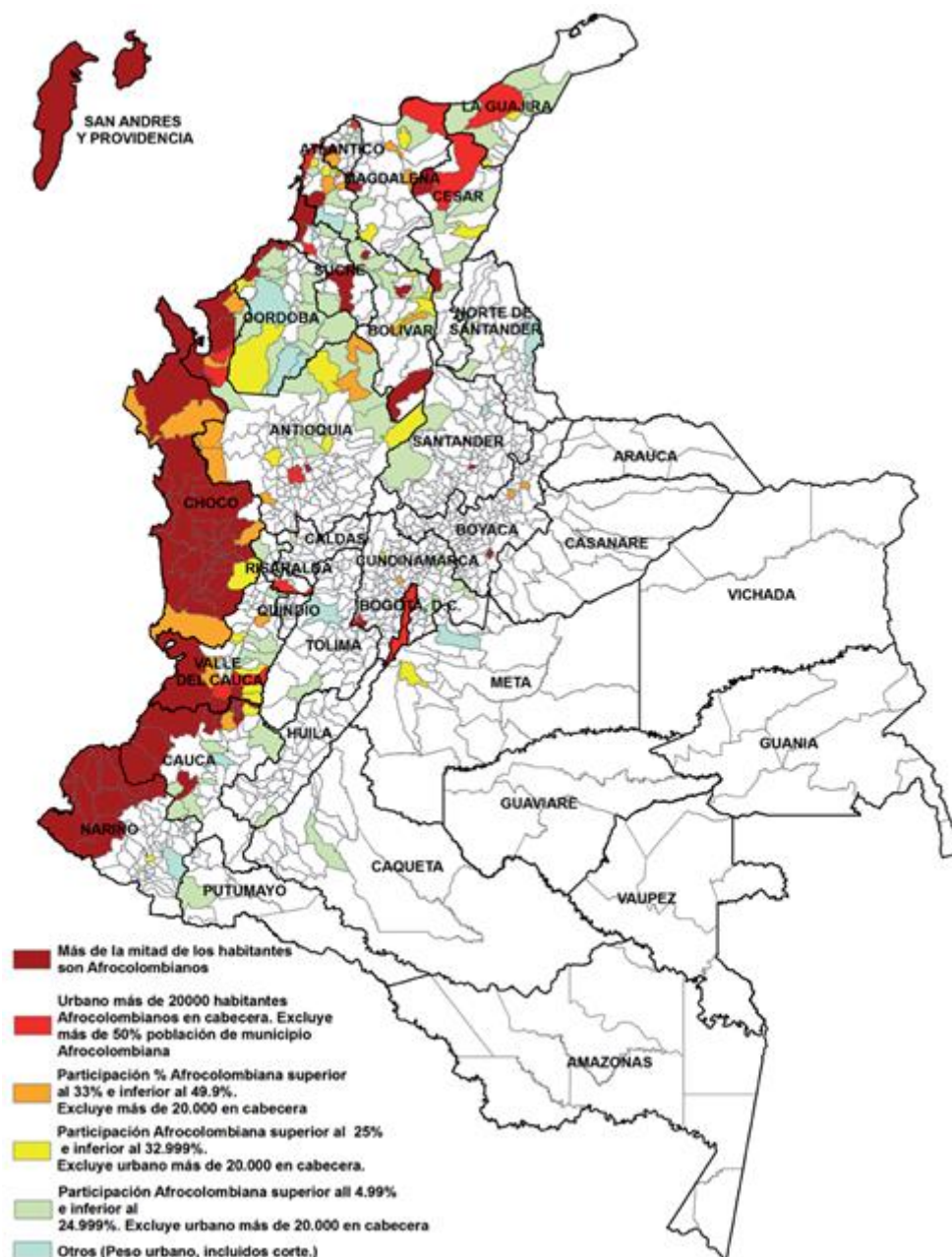
Dentro dessa “regionalização da raça”, a região Pacífico se destacaria como uma das mais afetadas pela marginalização e hierarquização das regiões no projeto de nação. Segundo Olaya Requene (2016), historicamente, o Pacífico teria sido construído como uma localidade vista como ‘inóspita’ e “selvagem”. Esse imaginário teria servido como instrumento das elites econômicas e políticas do país para ‘naturalizar’ as condições de abandono estatal e desigualdades socioeconômicas dos povos afrodescendentes que habitam a região. O fluxo histórico fez com que as dinâmicas econômicas e políticas que se instauraram na região fizessem com que os territórios e comunidades afrodescendentes se encontrassem na fronteira entre o capital extrativista, os conflitos sociais relacionados com a marginalização e as desigualdades históricas. Aqui, Olaya Requene (2016) escreve que seguindo essa construção

histórica da região existiria um campo de elaboração ideológica que vincula o espaço da região Pacífica e os corpos e culturas afrocolombianas com estereótipos proferidos de precariedade e degradação, construindo uma fronteira interna entre essa e as regiões do centro do país.

Nesse sentido, Restrepo (2011) aponta que imagens do Pacífico como uma região das margens, onde o Estado e o progresso estariam em grande parte ausentes, influenciam fortemente os imaginários que circulam os meios de comunicação e o sentido comum dos setores sociais localizados no interior do país. Segundo o autor, o Pacífico teria sido ignorado como um elemento constitutivo do projeto de construção nacional tanto no plano simbólico e imaginário, quanto no terreno fático institucional. Durante o século XIX, o Pacífico teria sido abandonado pelas elites políticas que lideravam o processo de configuração da nação colombiana.

Em seu texto *El Pacífico: Región de Fronteras*, Restrepo (2011) traça uma linha histórica da construção do Pacífico como uma região marginal e fronteiriça, onde as populações passariam por um processo de criação cultural. Segundo o texto, já na primeira metade do século XX, a região se encontraria pensada em termos de pobreza e marginalidade. Nesse período, o discurso racista atravessaria profundamente o ideário e a construção da nação, colocando o Pacífico colombiano como a exterioridade, o ‘fora’ da nação. Uma mudança teria acontecido a partir da década de 80, quando se inventa o Pacífico como uma região “desenvolvível”, mediante a uma série de projetos desenvolvimentistas instaurados. Desse modo, se teria “incorporado” a região, em termos simbólicos, ao projeto de construção nacional. Segundo Olaya Requene (2016), as mudanças que começam a acontecer nessa década são fruto da mudança de percepção quanto aos territórios afrocolombianos. Essas regiões, ricas em recursos naturais, passam a ser condicionados pelo capital nacional e transnacional, constituindo-se como o principal eixo político-econômico da investida neoliberal e dos megaprojetos de desenvolvimento que operam através da articulação da economia e da violência armada. Para ilustrar o impacto da presença negra nos territórios colombianos e, a partir disso, o caráter essencial de pensar essas populações nas políticas propostas, o seguinte mapa aponta a densidade e concentração das populações afrocolombianas geograficamente:

Figura 2 – Concentração demográfica da população afrocolombiana no país.



(Fonte: Programa presidencial de derechos humanos y derecho internacional humanitario)

Para além da inclusão tardia do Pacífico no que se considerava a nação colombiana, a região também esteve à margem do conflito armado durante muitos anos. Segundo aponta Restrepo (2011), praticamente até finais dos anos 90, o Pacífico era considerado por muitos acadêmicos como um ‘remanso de paz’. Nos últimos anos isso teria mudado e o Pacífico teria se convertido em um dos principais cenários da guerra. Essas mudanças estariam relacionadas também, para além da guerra, com a globalização atravessada pelo fenômeno do narcotráfico. Desse período em diante, os territórios do Pacífico colombiano, segundo Agudelo (2001), teriam sido incorporados com toda força na cartografia das violências na



Colômbia. Segundo Olaya Requene (2016), o conflito armado e o *desplazamiento* forçado tem gerado mudanças geracionais no conceito de território para as comunidades negras da região. Essa “reconfiguração” do território afetaria principalmente a população jovem que vive em um cenário onde frequentemente, segundo Olaya Requene (2016), o controle territorial estaria dividido por áreas, umas com presença guerrilheira e outras com presença paramilitar.

No entanto, para além das violências diversas, violência em si não é o que define as regiões negras colombianas, nem o Pacífico colombiano. Esse território se tornou também um espaço de vida para muitas populações negras desterradas historicamente pelos processos de racismo estatal e institucional. Nele, novas articulações culturais e sociais se formam em diálogo com práticas ancestrais de conhecimento, muita vezes interrompidas e retomadas pelos processos de “migração”. Para muito além de concepções essencialistas sobre a força, resistência e luta das populações negras colombianas, essas populações se articulam e constroem diariamente suas estratégias de sobrevivência e vivência que desafiam as estruturas racistas do Estado e dos atores armados, negando-se a pautar suas vidas pelas violações diversas e assumindo posturas ativas de recuperação territorial, social e, como veremos a seguir, institucional.

### **2.3. A LUTA AFROCOLOMBIANA: A CENTRALIDADE DO TERRITÓRIO**

O cenário sociopolítico em grande parte negativo em que se encontra a população afrocolombiana é, ainda assim, um cenário de muitas lutas e de demandas que, de certa forma, chegaram a ser incorporadas em alguma medida no quadro institucional e legal do país. Apesar do racismo e marginalização histórica, algumas das demandas das populações negras acabaram “possibilitadas” pela mudança institucional e constitucional do país no início dos anos 90. Como aponta Offen (2003), a Colômbia muda sua constituição em 1991, atendendo em grande medida a pedidos de reformas democráticas. Assim, redefini-se e se intitula uma nação multiétnica e pluricultural. Segundo Hoffman (2007), o primeiro objetivo da constituição de 1991 seria a redefinição da relação entre o Estado e a sociedade civil. O novo texto consagraria a entrada da etnicidade no discurso constitucional e apresentaria inovações na consideração das questões de ordenamento territorial e do regime de propriedade. A Constituição de 1991 reconheceria a natureza pluriétnica e multicultural da Colômbia e abriria um espaço específico para as comunidades indígenas e, pela primeira vez, para as comunidades negras. A importância da Constituição de 1991 é apontada ainda por

Rosero-Labbé (2017) que afirma que o espectro multicultural da mesma trouxe consigo, por meio de demandas legítimas, a emergência de cidadanias diferenciadas, o que seria sempre bem vindo em democracias inclusivas e participativas.

Segundo Bonilla (2011), para além dos ganhos em legislação para o reconhecimento de territórios afrocolombianos, por exemplo, teríamos como resultado dos processos que geraram a constituição de 1991 o aparecimento no cenário colombiano de novos atores, dentre eles as minorias negras organizadas. As mobilizações que giram em torno dos novos direitos constitucionais assinalaram uma mudança na ação coletiva e na relação entre Estado e sociedade civil. Como resultado dessa nova relação surgem, por exemplo, em 1993, o Processo de Comunidades Negras (PCN) como importante ator de mobilização das demandas das populações negras colombianas. Essas organizações serão vitais para as posteriores estratégias adotadas pela população afrocolombiana como contenção das ações do governo e de grupos armados e para a busca por reconhecimento e proteção no Cenário Internacional.

Na nova Constituição, seguidamente, aponta Offen (2003), o Artigo transitório 55 (AT-55) estipula que o Congresso passe uma lei garantindo que as comunidades negras, em especial as comunidades do Pacífico, obtenham títulos de propriedade coletiva para as áreas rurais e ribeirinhas que elas ocupavam “em conformidade com seus sistemas tradicionais de produção”. Como resultado do AT-55, a Lei 70 foi aprovada dois anos depois, garantindo os direitos territoriais das comunidades negras do Pacífico. Importante passo foi ainda o Decreto 1745, que até 1995 demandou que uma gama de instituições governamentais e agências trabalhassem para demarcar e titular territórios negros para representações de Conselhos Comunitários<sup>11</sup>. Entre 1996 e maio de 2003, o governo colombiano demarcou e titulou 122 territórios negros, que continham 1.250 comunidades negras e representavam 270.000 pessoas.

Importante notar que, segundo Offen (2003), o processo de criação e promulgação da Lei nº70 foi ditado pelo novo movimento social negro e por grupos como o Processo de Comunidades Negras (PCN). Esse quadro institucional é exemplo e fruto das lutas e mobilizações negras em território colombiano. Segundo Arboleda (2007), a história recente dos afrocolombianos fala de suas lutas e esperanças por dignificar sua existência e partem da exigência, dentro de um Estado multicultural, de reconhecimento jurídico. As populações

---

<sup>11</sup> Segundo Moreno-Murillo (2015), os Conselhos comunitários das comunidades negras da Colômbia foram criados por meio do Art. 5 da Lei 70 de 1993, e são entendidos como pessoas jurídicas encarregadas da administração dos territórios coletivos ancestrais onde vivem essas comunidades. Esses Conselhos são administrados por uma junta diretiva que é sua representante legal, presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro, fiscal e cinco representantes que são encarregados de representar suas populações no interior da comunidade e fora dela.

negras da Colômbia buscariam, apesar dos obstáculos postos pelo Estado e do aniquilamento físico, construir alternativas e formas de articulação social, em diálogo com sujeitos institucionais regionais, nacionais e internacionais.

No entanto, apesar dos ganhos, isso nem sempre representaria a efetivação desses direitos, sendo necessário apontar também quais são os obstáculos que essas populações ainda precisam enfrentar. Segundo Arboleda (2007), o controle dos territórios afrocolombianos ainda se veria obstaculizado pela presença de atores armados. Assim que, na conjuntura atual, o *desplazamiento*, ou como argumenta o autor, o desterro, constituiria a principal causa de empobrecimento das populações afrocolombianas. Em um cenário onde a coca, fumigações e a palma africana para a produção de óleo avançariam sobre os territórios negros território, em um quadro que se completa de forma trágica com o tráfico de armas e avanço dos megaprojetos, seria cada vez mais difícil ter controle sobre os territórios titulados às comunidades. Na mesma linha, Restrepo (2011) aponta que, apesar dos ganhos vindos das leis como as que garantem a posse terra das comunidades negras, os atores armados que operam no Pacífico desconhecem os direitos culturais, políticos e territoriais das populações indígenas e negras, impondo-se pela força e pela intimidação. A atuação dos atores armados tem se traduzido no assassinato de líderes, desmantelamento de organizações, massacres e processos de *desplazamiento* de populações locais. Esse seria, atualmente, o grande problema do processo organizativo da luta territorial: Eles possuem alguns títulos mas não podem, muitas vezes, exercer o ‘controle’ territorial.

### **2.3.1: A LUTA AFROCOLOMBIANA: INTERNACIONALIZAÇÃO COMO FORMA DE CONTENÇÃO**

No contexto da luta afrocolombiana para o reconhecimento de direitos e, em especial, a busca pela efetivação dos mesmos, a internacionalização e transnacionalização de demandas tem se mostrado uma estratégia fundamental de contenção política. Dentro desse quadro, alguns fatores internacionais de modo geral são de suma importância para a compreensão dos avanços em matéria de direitos territoriais, não apenas na Colômbia como na América Latina. Em primeiro lugar, podemos apontar no contexto latino-americano um maior ativismo de movimentos sociais e ONG, que se utilizam das instâncias internacionais para conseguir que suas demandas sejam ouvidas. Como exemplo dessa internacionalização da busca por direitos, Pacheco e Jiménez (2017) apontam que na Colômbia e em toda América latina, as ONG's de Direitos Humanos, em anos recentes, teriam recorrido ao

Sistema Interamericano de Direitos Humanos como uma instância de apresentação de demandas e de mobilização para pressionar seus respectivos governos. Isso se tornou possível pelo desenvolvimento de mecanismos internacionais de proteção de Direitos Humanos que colocaram em questão as jurisdições de soberania estatal, reconhecendo que cada indivíduo é sujeito de direito do Direito Internacional.

Segundo Pacheco e Jiménez (2017), com a estratégia de “nomear e envergonhar” - onde se buscaria compartilhar informações sobre as violações cometidas nos Estados nacionais com atores internacionais comprometidos com a política de direitos humanos a fim de pressionar Estados violadores-, encontramos atualmente uma tendência crescente de “ativismo legal transnacional” da ação coletiva das ONGs de direitos humanos. Algumas dessas ONGs de atuação na Colômbia seriam, por exemplo, o Colectivo de Abogados José Alvear Restrepo, a Comisión Colombiana de Juristas, a Asociación de Familiares de Detenidos Desaparecidos e a Comisión Intereclesial de Justicia y Paz. Segundo os autores, esse ativismo faria referência a estratégias jurídicas que se realizam em instâncias internacionais, como tribunais ou organismos quase judiciais, com a intenção de que se reconheçam as demandas dessas ONGs e que atuem sobre os Estados nacionais que violem Direitos Humanos. Nesse sentido, o sistema interamericano de DH, por exemplo, se apresentaria como um espaço de oportunidade relativamente aberto para a ação desse tipo de organização.

Na Colômbia, Pacheco e Jiménez (2017) apontam que desde a criação nos anos 70 e 80 das primeiras ONGs de direitos humanos no país, as mesmas começaram a estruturar diversas estratégias de ação coletiva, como o ativismo jurídico, a produção de informação e conhecimento, a intervenção em zonas de conflito e a construção da paz, sempre orientadas à defesa dos princípios constitucionalmente reconhecidos e como alternativa política ao conflito armado. Entre 1982 e 1995, seria possível identificar um período determinante de formalização da defesa dos DH, quando aparecem aproximadamente 25% das ONG de direitos humanos existentes hoje no país. Importante também como marco político e jurídico, que teria tornado possível a expansão do ativismo jurídico internacional enquanto método de contenção, seria a Constituição de 1991. Ela, para além dos direitos nacionais, teria aberto uma estrutura de oportunidade para que essas organizações se expandissem e especializassem, permitindo que elas se apropriassem do horizonte de direitos no interior do Estado e fossem mediadoras com o nacional e o internacional da mobilização social em todo o país.

Como expõem Pacheco e Jiménez (2017), essa maior possibilidade de mobilização e mediação teria resultado em aproximadamente cinquenta petições apresentadas ante a CIDH até 2003. Um acelerado crescimento nesses números levou a que a Colômbia fosse o país com a maior quantidade de denúncias entre 2007 e 2013, durante o governo de Álvaro Uribe (2002-2010), um período caracterizado por um forte confronto em defesa dos DH. Uma particularidade do caso colombiano seria que a atuação dessas ONGs seria realizada através de uma rede, fundamental para a cooperação e o compartilhamento de informações. Assim, ONGs engajadas com o ativismo jurídico apresentam seus casos com base na informação coletada sobretudo por ONGs dedicadas a produção de informação, as quais se nutrem de dados recolhidos e documentados por organizações locais, também articuladas em redes. Com grande visibilidade nacional, capazes de evidenciar os estragos da política de segurança do governo Uribe, por exemplo, estas ONGs se posicionaram em torno de quatro eixos fundamentais de atuação: o *desplazamiento* forçado; a violência contra as mulheres e seu uso como espólio de guerra no marco do conflito armado; as violações aos direitos sindicais; e a denúncia das execuções extrajudiciais, denúncia essa que transcende até a Corte Penal Internacional, graças ao ativismo legal.

Em segundo lugar, instrumentos internacionais promulgados nacionalmente também teriam importância elementar para as demandas dos grupos étnicos na Colômbia e América Latina. Em especial, eles têm se tornando estratégicos para a luta e a transnacionalização das demandas afrocolombianas. Segundo Offen (2003), por trás do avanço dos direitos étnicos e das novas formas de territorialidade, estaria a promulgação da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre Povos Indígenas e Tribais em Estados Independentes. Essa convenção teria colocado pressão nos governos para reconhecer terras tradicionais das populações indígenas, a princípio, e dar a elas algumas formas de autonomia administrativa. A forma como a OIT 169 define direitos culturais coletivos teria, segundo o autor, influenciado a linguagem das demandas territoriais de povos indígenas e negros na região<sup>12</sup>, influenciando também as reformas constitucionais na América Latina. Uma vez ratificado, Offen (2003) aponta que a OIT 169 atua como forma de lei doméstica e serviria de instrumento de cobrança de ações e inações do governo.

---

<sup>12</sup> Segundo Offen (2003), como as “comunidades étnicas” definidas pela OIT 169 são diferentes da cultura nacional, existindo um foco na proteção de territórios tradicionais e autonomia administrativa, muitos grupos de populações negras rurais capazes de demonstrar um histórico de regime de posse consuetudinária muitas vezes “copiavam” estratégias indígenas de reconhecimento territorial, sendo o Pacífico Colombiano um exemplo disso.

A partir da apropriação desse instrumento, Offen (2003) aponta que as comunidades do Pacífico Colombiano, em especial as comunidades negras rurais, teriam “copiado” estratégias indígenas de reconhecimento territorial, afirmando distinções culturais entre seus povos e a “cultura nacional”. É importante apontar, como explicita o autor, que para as populações rurais da América Latina, as experiências e noções de território estariam imbuídas historicamente de luta, conflito e violência, assim como a história e memória dessas experiências. Assim que, essas demandas territoriais buscariam impor uma nova territorialidade dentro do “espaço nacional”, redefinindo a relação de um povo com o Estado. O reconhecimento legal de direitos territoriais e a titulação territorial prometeria, segundo Offen (2003), promulgar essa nova relação. Nesse sentido, instâncias internacionais têm se pronunciado em relação à situação dos Direitos Humanos na Colômbia e, em especial, sobre as violações de DH das populações negras do país. Segundo Bonilla (2011), dentre as instâncias que teriam se pronunciado estariam as declarações do Relator Especial para os Direitos dos Afrodescendentes e Contra a Discriminação Racial nas Américas da CIDH, que declarou, em visita à Colômbia em maio de 2007, que afrocolombianos se viram afetados pelo conflito armado de maneira particular.

O movimento organizativo negro também teria se organizado em torno de demandas e da busca por instâncias internacionais. Bonilla (2011) nos mostra que organizações como o PCN estariam buscando cada vez mais instâncias internacionais de justiça e de Direito Internacional Humanitário, como forma de fazer visíveis as violações de Direitos Humanos e de impedir a deterioração da situação dos direitos das populações afrocolombianas. Essas ações empreendidas pelo PCN mostrariam como a transnacionalização das demandas torna possível que se tomem medidas locais para solucionar os problemas. Segundo o autor, o interesse estaria centrado principalmente nas instâncias de poder que manejam a “justiça transnacional”, ou seja, os organismos que fiscalizam o cumprimento dos acordos internacionais sobre Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário, que os países assinam a nível regional e global. Organizações como a rede PCN seriam notórias ainda em termos de versatilidade e adaptabilidade nos casos de inserção a redes globais. Um exemplo seria a apelação a organismos como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos - CIDH, utilizando-se de ONGs locais como intermediárias e pontes entre as organizações comunitárias e o organismo. Importante notar que o PCN teria em conta ainda a transitoriedade das alianças globais e faria o trabalho de fortalecer as conexões locais com a sociedade civil organizada sob a forma de ONG.

Segundo Bonilla (2011), até o momento do artigo, o PCN teria participado em sete audiências ante a CIDH, nas quais solicitou que o Estado Colombiano tomasse medidas que garantisse a proteção dos direitos das populações afrocolombianas, com ênfase na população *desplazada* e na geração de medidas contra a discriminação estrutural e histórica. De modo geral, as denúncias feitas perante à CIDH giraram em torno de temas como medidas cautelares para líderes e comunidades negras, a situação da população afrocolombiana *desplazada*, os Direitos Humanos dos afrocolombianos *desplazados* e a discriminação racial e acesso à justiça dessas populações. Essas motivações apresentariam um cenário em que o contexto do conflito armado interno é determinante, mas também no fundo das discussões seguem estando presentes os aspectos históricos fundamentais do discurso, a identidade e as reivindicações do movimento negro: o respeito e reconhecimento de sua identidade como afrocolombianos e o direito a um espaço de vida dentro de seus territórios.

Bonilla (2011) aponta ainda que os espaços abertos estariam permitindo que se coloque em evidência a nível internacional aspectos estruturais como o racismo e a exclusão social dos afrocolombianos. As pressões recebidas pelo Estado colombiano na CIDH, pela bancada afro do congresso estadunidense e em alguns organismos como a União Europeia têm possibilitado a vigilância sobre o cumprimento de medidas a nível local para a proteção dos direitos dos afrocolombianos. Exemplo de uma “confiança” ganha quanto aos processos internacionais e a capacidade de influência do cenário internacional seria encontrada em uma entrevista com um ativista de DH na Colômbia no texto de Bonilla (2011). Quando perguntado porque eles não recorriam a instâncias nacionais para fazer denúncias no período do governo de Uribe, o entrevistado responde que:

Nós já aprendemos que a Colômbia não funciona desde a Colômbia, que funciona desde instâncias internacionais, essas instâncias são os acionistas, os países que geralmente tem uma relação econômica com a Colômbia e que quando alguém denuncia casos de direitos humanos e todas estas violações, essa relação se vê afetada e agora sim o presidente Uribe se interessa, começa a buscar desculpas, começa a negociar, a oferecer certas condições, [isso] se faz a nível de influência de lá, do contrário, aqui no local não se tem nenhuma resposta, nós já aprendemos que este país funciona de lá, nos Estados Unidos ou na Europa, aqui na Colômbia não se tem nenhuma resposta efetiva. (Entrevista ativista PEC, 2010)<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> Original: Nosotros ya aprendimos que Colombia no funciona desde Colombia, que funciona desde las instancias internacionales, esas instancias son los accionistas, los paises que generalmente tienen una relación económica con Colombia y que cuando uno denuncia casos de derechos humanos y todas estas violaciones entonces se ve afectada esta relación y ahora si el presidente Uribe le interesa, empieza a buscar excusas,

Essa entrevista corrobora com o argumento apresentado ao longo do capítulo ao demonstrar que a transnacionalização das demandas da população negra tem se tornado cada vez mais uma estratégia de contenção e barganha com os Estados nacionais. A relevância dessas estratégias e os questionamentos quanto à sua efetividade são pontos importantes de abordagem quanto a esses direitos e, em especial, quanto aos direitos territoriais. Segundo Restrepo (2011), estaríamos assistindo no novo milênio a um crescimento da transnacionalização do movimento organizativo, onde se amplia o sujeito político e teórico sob as imagens de diáspora e de experiências de marginalização e discriminação racial. Essa transnacionalização e ampliação do sujeito buscaria também afetar os afrodescendentes dos centros urbanos e de outras regiões da Colômbia, para além das comunidades rurais do Pacífico.

Segundo Restrepo (2011), esse fenômeno poderia ser explicado por diversos fatores, entre eles uma maior participação de ativistas afrodescendentes em redes e eventos transnacionais. Em particular, se destacaria a participação na Conferência de Durban em 2001, uma crescente influência da academia estadunidense na Colômbia em relação ao debate das relações raciais e, por fim, a incorporação por entidades multilaterais e ONGs dos discursos e agendas contra a discriminação racial, assim como de medidas para a visibilização da população afrodescendente. Em relação às questões territoriais, como aponta Bonilla (2011), pareceria que a defesa do território também estaria se tornando um tema crucial na cidade e não apenas nas zonas rurais, o que traz implicações significativas quanto ao próprio conceito de territorialidade e de direitos territoriais coletivos, não apenas para a Colômbia como para a América Latina. Essas novas disputas, agora também pelo urbano, trazem novos questionamentos quanto à possibilidade de construções de outras territorialidades para além do contexto rural. Disputar o urbano é disputar a reconstrução e, em alguns casos, a construção de um tecido social com o qual essas populações perderam a ligação, em especial por conta da violência e da marginalização histórica a que as mesmas se viram sujeitas dentro desses espaços. Nesse sentido, questionamentos quanto à importância de órgãos internacionais nessas construções e, inclusive, quanto à possibilidade de efetivação das mesmas surgem como novos desafios para a reterritorialização da diáspora negra nas Américas.

---

empieza a negociar a brindar ciertas condiciones, se hace como a nivel de incidencia allá, de lo contrario acá en lo local no hay ninguna respuesta, siempre ya aprendimos que este país funciona desde allá, en E.U. o en Europa, aquí en Colombia no hay ninguna respuesta efectiva (Entrevista activista PEC, 2010). P. 103



### **CAPÍTULO 3: ESPAÇO HUMANITÁRIO PUENTE NAYERO EM BUENAVENTURA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O RACIAL E O INTERNACIONAL**

As populações negras da diáspora tem criado ao longo dos séculos diversos instrumentos de autoproteção. Esses instrumentos são dotados de historicidade ao mesmo tempo que se atualizam e dinamizam de acordo com novos cenários políticos, sociais, econômicos, etc. Novos instrumentos são também explorados como possíveis caminhos de atuação dentro da construção autônoma de territorialidades e vivências não-violentas, mesmo em países onde essas estratégias se veem limitadas por estruturas racistas estatais e institucionais. Nesse cenário, os instrumentos do Direito Internacional dos Direitos Humanos têm sido disputados como um dos caminhos possíveis de atuação dessas populações, aliados a dinâmicas internas e, muitas vezes, paralelas ao Estado. A busca por esses instrumentos e a construção paralela dessas novas vivências e territorialidades acabam, inclusive, por influenciar a experiência das mesmas dentro do projeto de nação, tornando-se estratégicos frente ao quadro de violência estrutural e para fins desse capítulo, violências urbanas.

Pontuar e analisar como essas experiências tomam forma prática é uma tarefa complexa e fadada a incompletude. Assim que o objetivo principal deste capítulo é traçar uma pequena linha histórica a nível local que nos possibilite exemplificar e expor parte das formas de resistência e luta que marcam a construção autônoma de novos territórios e territorialidades. Partindo do Distrital para o local, desde a apresentação do Distrito de Buenaventura no Pacífico colombiano para a rua do *Espaço Humanitário de Puente Nayero*, este capítulo buscará analisar a efetividade da utilização de instrumentos do Direito Internacional como forma de proteção contra violações de DH analisando especificamente o caso da comunidade de Puente Nayero<sup>14</sup>. Essa comunidade se torna importante por nos permitir compreender e pontuar na prática a utilização do internacional por populações afrodescendentes em espaços urbanos e como isso se mostra como uma estratégia emergente dentro do quadro de reivindicações dessas populações por reparação e proteção.

---

<sup>14</sup> Em grande parte, os dados e relatos deste capítulo farão referência à violência, fenômeno presente na vida da diáspora negra na Colômbia e nas Américas. No entanto, o objetivo aqui não é uma descrição pormenorizada dos atos e violações de direitos que tem vitimizado essas populações. Por mais que tratar sobre a violência seja importante para a compreensão das estratégias utilizadas e das vivências dessas populações, ela não é a protagonista dessa análise, nem das experiências dos povos negros. O objetivo principal é, pelo contrário, a exposição das formas de resistência, luta, comunidade, afeto e vida.

### 3.1. A CIDADE DE BUENAVENTURA ENQUANTO TERRITÓRIO NEGRO E SUA LOCALIZAÇÃO NO QUADRO NACIONAL

Dentro da região do Pacífico Colombiano, envolta tanto nas dinâmicas regionais quanto em dinâmicas próprias e particulares, encontra-se a cidade de Buenaventura. Geograficamente, segundo o *Centro Nacional de Memoria Histórica da Colômbia* (CNMH, 2015), Buenaventura é composta por duas zonas, uma rural e outra urbana. A zona rural do município é composta administrativamente por 19 corregimientos, 31 conselhos comunitários de comunidades negras (com titulação constituída em cumprimento da Lei 70 de 1993 e do Decreto 1745 de 1995) e por nove resguardos indígenas. Já a zona urbana estaria dividida em doze comunas, distribuídas em uma zona insular e uma zona continental. Em termos estratégicos e econômicos, segundo dados das organizações *Comisión intereclesial de justicia y paz* e Mundubat (2015), o município tem um dos principais portos da Colômbia e o de maior dimensão em toda a região do Pacífico na América Latina. Por ele, passam em média 12 milhões de toneladas de carga ao ano, mais de 67% do volume comercial total do país. As comunas e sua distribuição em território continental e insular aparecem representadas no mapa a seguir:

Figura 3 – Bairros que formam as Comunas de Buenaventura



(Fonte: <http://buenaventuravallecolombia.blogspot.com/2010/11/comunas-y-barrios-de-buenaventura.html>)

Retirado do texto ADVÍNCULA, Orlando Castillo; TORRES, Gerardo Gabriel Garcés; MINOTTA, Hélio Fernando Quintero. *Puente Nayero una experiencia urbana de construcción de paz, reconciliación y resistencia civil*, (2018)

Buenaventura é também a maior cidade de toda a região do Pacífico colombiano e o município de maior extensão do departamento do Valle del Cauca. Em termos populacionais, é uma cidade majoritariamente negra, com aproximadamente 84% da sua população sendo composta por afrocolombianos, segundo o censo de 2005 apontado pela Humans Rights Watch (2014). Tendo se convertido em um dos portos mais importantes do país em termos geoestratégico, Buenaventura é ainda uma das cidades do Pacífico mais importantes para as economias regionais e nacionais, tanto por sua localização quanto pela atividade portuária (Valencia, Chica e Moreno, 2016).

Na zona urbana de Buenaventura, onde centraremos nossa análise, duas dinâmicas se apresentam. Segundo Valencia, Chica e Moreno (2016), na parte continental é onde predominam construções residenciais, e na parte insular ou Isla Cascajal, onde se encontra o Espaço Humanitário de Puente Nayero, é onde tem se concentrado a totalidade das atividades e projetos da atividade portuária que tendem a expulsar os habitantes que vivem nos bairros de maré baixa. Ainda sobre Cascajal, nessa região existe uma predominância de casas de palafita construídas sobre território ganhado ao mar, sendo ainda a zona mais povoada e onde ocorrem, de forma mais visível, intensos conflitos entre grupos ilegais. Essas dinâmicas seriam figurativas da situação atual do distrito que se viu e vê dividido entre três processos distintos: a expansão portuária e o fortalecimento do turismo por um lado; o controle territorial por parte dos atores armados por outro; e por fim, o projeto multicultural que reconheceria direitos a população afrodescendente que habita a região. Ainda segundo os autores, seria importante notar que a parte de Buenaventura que não faz parte, institucionalmente, do porto, tem enfrentando historicamente um processo de desapropriação, exclusão social, econômica, cultural e política, que aumentou com a privatização do mesmo a partir de 1991, e a desconexão das suas dinâmicas com a população local.

A situação de exclusão e invisibilização de Buenaventura não seria recente. Segundo a Fundação *Ideas para la paz* (2013) as diversas violências às quais a região estaria sujeita se configuram como um problema estrutural de muitos anos, diante da incapacidade do Estado ao longo do tempo de resolver a crise. Com o passar dos anos o que aconteceria seria a substituição de uns atores criminais por outros, em uma situação que vai para além de Buenaventura, atingindo todo o Pacífico colombiano e o Valle del Cauca. Segundo Pardo (2017), as diversas estratégias empregadas pelos atores armados que desde a década de 90 até a atualidade tem tido presença no local, conseguiram consolidar um tipo de ordenamento social no qual a violência se converteu em um fator determinante e co-presente no estabelecimento e manutenção de uma institucionalidade local. Essa violência estaria

vinculada a estruturas e práticas associadas à desapropriação, ao clientelismo armado, ao assassinato, à desterritorialização e à configuração de “geografias do terror” na cidade. Segundo o autor, nesse cenário, as empresas são vistas como um ator gerador de violência, fazendo-se necessário que o Estado comece a reconhecer que existem no território além das vítimas do conflito armado, as vítimas do desenvolvimento.

Muitas seriam as formas de violência que teriam atingido a população. Segundo o *Centro Nacional de Memoria Histórica da Colômbia* (CNMH, 2015) as modalidades de vitimização executadas pelos atores armados desde o ano 2000 para a população afrodescendente de Buenaventura se configuram em três repertórios coletivos de violência, sendo eles o terror, a desterritorialização e a invisibilização. Essas violências tem gerado uma série de danos que afetam as matrizes culturais que orientam a pertinência e continuidade de práticas socioculturais das populações negras da região. Essas práticas socioculturais que estão sendo afetadas envolvem desde a relação com os mortos e seu papel na sociedade, a desestruturação das redes de parentesco regional, a desestruturação do ordenamento territorial sociocultural e afetam ainda as maiores articuladoras das comunidades afrodescendentes: as mulheres.

Segundo a CNMH (2015), a profundidade e cronicidade dos danos junto à magnitude da vitimização configura um etnocídio cultural. Segundo a Human Rights Watch (2014) como consequência do quadro generalizado de violência a que essas populações se veem expostas, a Corte Interamericana informou em 2009 que em Buenaventura a situação dos afrocolombianos constituía uma crise humanitária de Direitos Humanos. Ainda segundo a CNMH (2015), as modalidades de violência teriam tido evolução ímpar entre 2000 e 2014. Durante o período conhecido como paramilitar, que iria de 2000 a 2004, as FARC, que tinham presença no território, empreendem uma escalada de suas ações armadas e os paramilitares, do grupo conhecido como *Bloque Calima*, fazem incursão no território, o que faz com que se disparem quase todos os indicadores de violência no município. Essa violência teria se expressado principalmente por meio de massacres, homicídios, assassinatos seletivos, sequestros e *desplazamientos* forçados. Já durante o período pós-negociação (2005 a 2014), as modalidades de violência que mais se implementaram foram os desaparecimentos forçados, as ondas de assassinatos e *desplazamiento* forçado, sobretudo de caráter individual. Para além destas, durante o último período a crueldade e a tortura se consolidaram como práticas regulares do conflito, dando lugar à perpetração de ações como desmembramentos humanos e ao surgimento de lugares de horror como os cemitérios clandestinos e as casas de

pique<sup>15</sup>. É importante notar que, segundo a CNMH (2015), as estatísticas sobre a violência em Buenaventura contam com importantes problemas de sub-registro e imprecisão que impedem que se conheça e dimensione o fenômeno violento em sua totalidade.

Por mais que esse fenômeno violento esteja presente em toda Buenaventura, segundo o CNMH (2015) a zona urbana seria a mais afetada em seus bairros e comunas. Essas ações seriam realizadas em especial entre 2000 e 2004 pelas FARC e paramilitares, e depois da desmobilização parcial dos últimos anos, pelas FARC e grupos paramilitares pós-negociação, como os *Los Rastrojos*, *La empresa* e *Los Urabeños*. Quanto ao fenômeno da desmobilização parcial, Villarraga Sarmiento (2015) explica que as “conversas de paz” conseguiram pactos entre governo nacional e um acordo quanto à desmobilização e ao desarmamento de uma parte importante do paramilitarismo. Em 2003, no governo de Uribe, um acordo é assinado entre o Estado e os paramilitares das AUC (*Autodefensas Unidas de Colombia*) dando início à desmobilização progressiva das estruturas desse grupo. No entanto, paralelamente, acontecem dinâmicas de expansão, disputas violentas, acordos, e a consolidação de poderes locais associados a grupos armados pós-desmobilização. Esses grupos pós mobilização constituem os principais responsáveis pela maioria dos casos de graves violações de direitos humanos nos últimos anos. No caso da desmobilização paramilitar de 2003-2006, o que acontece é uma alta porcentagem de reincidência e rearmamento que permite que se prolonguem poderes e estruturas armadas ilegais. Villarraga Sarmiento (2015) aponta também que essa desmobilização parcial não supera o conflito ou a violência política, e em vários territórios a desmobilização não recupera as condições de paz, e sim dá lugar ao desplazamiento e a irrupção de outros atores irregulares. Importante notar que, para além dos laços estabelecidos entre os paramilitares e as bandas criminais, o capital social desses grupos, segundo Villarraga Sarmiento (2015) se consolidou com as alianças que estabeleceram com diversos agentes do Estado, em particular com membros da força pública.

Um fato interessante contido nessas informações e que deve ser sublinhado para entendermos as dinâmicas recentes é o que nos conta que a desmobilização parcial realizada pelo governo não tem surtido os efeitos necessários para trazer paz à região, sendo inclusive um processo que teria impulsionado o surgimento de novos e distintos grupos armados. Segundo Valencia, Chica, e Moreno (2016) atualmente o que veríamos seria uma expansão

---

<sup>15</sup> Segundo encontramos no CNMH (2015), as *Casas de Pique* são espaços onde se infringem torturas às vítimas no meio dos bairros das cidades, sendo os habitantes obrigados a ser testemunhas dos assassinatos e desmembramento de pessoas pelos grupos armados ilegais. Através dessas casas, os grupos obrigam a população, inclusive crianças, a presenciar cenas de assassinato, gritos de ajuda, tortura e desaparecimento do corpo da vítima.

das chamadas “*bandas criminales*” ou do neoparamilitarismo emergente, representados na presença dos grupos *La Empresa* e *Los Urabeños*, nascidos no processo de desmobilização em 2005, que se expressariam em novas formas de apropriação e adaptação da violência. Em termos de desterritorialização, todas essas dinâmicas afetam a permanência das populações afrocolombianas em Buenaventura. Segundo a *Human Rights Watch* (2014), a cada ano de 2011 à 2013, Buenaventura tem sido o município colombiano onde mais pessoas sofreram *desplazamiento* forçado: 22.028 moradores abandonaram seus lares em 2011, 15.191 em 2012 e 13.468 entre janeiro e outubro de 2013.

Segundo a CNMH (2015), esses processos de desterritorialização geram o “desenraizamento” da população e a fragmentação do território, negando e impossibilitando que essas comunidades afirmem sua territorialidade e seus projetos de vida. Buenaventura, tanto em sua zona urbana como rural, tem sido objeto de um processo massivo de desterritorialização material das comunidades afrodescendentes residentes da cidade. Para manter o controle territorial e populacional, os atores armados também têm, de forma estratégica, vinculado crianças e jovens às dinâmicas econômicas e militares do conflito, assim como meninas e mulheres.

No entanto, segundo a CNMH (2015), apesar e frente à violência, e como forma de resistir a desapropriação e avanço dos megaprojetos, as comunidades e organizações sociais têm implementado mecanismos de proteção territorial, como não vender os prédios, não desocupar, defender os espaços públicos e realizar migrações coletivas e transitórias dentro da mesma cidade, reafirmando os laços de solidariedade e fortalecendo as redes de parentesco sem desocupar o território, para ter a possibilidade de retorno ao fim da ameaça presente. Por outro lado, as comunidades das zonas costeiras de baixa maré que estão sendo desalojadas vêm realizando um exercício coletivo de ressignificação de seu território, no que denominam de territórios ganhados ao mar. Essa forma de nomear e se referir ao território tem carga simbólica e política, que evidencia a luta histórica por construir novos territórios, em um processo de “recuperação” que consiste, segundo a CNMH (2015), em encher territórios de baixa maré com materiais doados, entulho, lixo, etc. com o objetivo de prolongar a plataforma e “fazer terra”. Esse “fazer terra” acontece principalmente nos territórios da Isla Cascajal, onde se encontra o Espaço Humanitário de Puente Nayero em Buenaventura.

### **3.2. “PUENTE NAYERO, MELHOR QUE VENEZA”: SOBRE A EXPERIÊNCIA DE CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO HUMANITÁRIO DE PUENTE NAYERO**

O simbolismo da construção literal de territórios próprios onde se torna possível a reconstrução da vida em todos as suas nuances é de particular importância para a população negra que tem sofrido processos de desterritorialização e desterro constantes. A construção desses espaços em territórios urbanos, marcados pelo medo e pelo conflito, nos mostra possíveis experiências de construção de novas territorialidades contemporâneas, e a apropriação da própria nação em termos próprios e autônomos de sobrevivência e vivência. Nesse sentido, Puente Nayero se torna um caso importante de análise de como essas construções podem ser feitas, em especial, através de acesso a instrumentos internacionais de disputa do Direito e reconhecimento, em especial por ter se tornado a primeira Zona Humanitária em Buenaventura e o primeiro Espaço Humanitário em área urbana da Colômbia (CNMH, 2015).

Nesse sentido e com o objetivo de ter uma melhor compreensão sobre as dinâmicas que cercam a construção do Espaço, torna-se importante primeiro apresentar os principais atores que aparecem na presente narrativa. Em primeiro lugar, essa narrativa apresenta como protagonistas a população de Puente Nayero, representada ainda nas pessoas de dois de seus líderes comunitários: Orlando Castillo e William Mina. Essa população é a que se organizou politicamente e socialmente, com o objetivo de construir um território autônomo de paz e que lutou para que, com a ajuda internacional, o tecido social local fosse reconstruído. Em segundo lugar temos como principal violador dos direitos dessa população as “*Bandas Criminales*”, conhecidas também como BACRIM na bibliografia. Essas bandas são os grupos paramilitares pós-mobilização que atuam na área, como os *Los Urabeños* e *La Empresa*, sendo estes os que, em geral, agem diretamente contra a população através do uso da violência. Ainda como violadores de direitos humanos aparecem nessa narrativa o setor empresarial nacional e internacional, que é apontado pela população como favorecedor e ator de violências, em especial com o intuito de desalojar a população desse território para a viabilização de megaprojetos na região. Esse setor é identificado ainda como “aliado” das BACRIM, que atuam para *desplazar* a população. Em associação a esses dois aparece ainda o Estado colombiano, como cúmplice das empresas, sendo agentes estatais reconhecidos, muitas vezes, como aliados dos grupos paramilitares. O Estado é aquele apontado também como responsável diante da CIDH de proteger a população contra os abusos e violações. Por fim, aparecem as ONG’s de Direitos Humanos e, neste caso em especial, a *Comisión*

*Intereclesial de Justicia y Paz* (CIJyP)<sup>16</sup>, que é a intermediária entre a população de Puente Nayero e a CIDH, tendo expertise anterior na construção de Zonas Humanitárias e auxiliando na declaração do Espaço Humanitário.

Um segundo ponto a ser considerado nesta análise será o “espaço” que torna possível a mobilização social e, neste caso, a articulação política da comunidade de Puente Nayero. Para isso, termos em mente o conceito de Estrutura de Oportunidade Política (EOP). Esse conceito leva em conta que, muitas vezes, o detonante da ação coletiva são as mudanças que ocorrem no conjunto de dimensões que compõe o entorno político, já que essas mudanças podem fomentar ou simplesmente facilitar a ação dos grupos, baixando o custo da ação coletiva. Nesse sentido, a EOP coloca ênfase nas mudanças que possibilitam o aparecimento de “recursos externos” que ajudam ou influenciam a ação coletiva, ao propiciar que os atores desenvolvam aliados em potencial, mostrando também onde as autoridades podem estar vulneráveis às suas demandas e pressões. (TARROW (1997); McADAM, McARTHY y ZALD (1999) Apud PUIG, 2008). Nesse sentido, nota-se que estão aliados à ação coletiva da população de Puente Nayero uma série de fatores que podemos identificar como uma EOP. A existência de um órgão internacional como a CIDH passível de acesso por meios outros que não o estatal, ligada à especialização crescente das ONG’s colombianas, a existência de instrumentos de coerção internacional como às Medidas Cautelares e a “aceitação” pelo Estado colombiano desses instrumentos conformam uma estrutura que, de certo modo, baixa os custos da ação coletiva. Isso não diminui o mérito da ação, ou propõe que outros meios não seriam utilizados caso esta EOP não existisse, entre eles meios nacionais e comunitários. No entanto, é relevante apontar como mudanças estruturais são relevantes e abrem novos caminhos para a ação política. Mostra ainda que é importante perceber e se utilizar das Estruturas de Oportunidade Política vigentes.

Do histórico da região, segundo Zapata (2017), sobre Puente Nayero, antes conhecida como rua São Francisco, podemos destacar dois aspectos importantes. O primeiro faria referência às condições que possibilitaram a construção “material” da rua e o segundo seria a procedência histórico-cultural dos seus moradores. Quanto a esses aspectos, se tem registro de que os primeiros moradores chegaram ao território de forma transitório para realizar trocas comerciais. A ocupação desse território acontece de forma progressiva e a rua passa a estar assentada em estruturas palafíticas de pontes de madeira que eram construídas sobre

---

<sup>16</sup>“A Comisión Intereclesial de Justicia y Paz (CIJP) acompaña comunidades e organizações que afirmam seus direitos sem o uso da violência em zonas de conflito armado. A Comissão apoia experiências concretas de busca da verdade, justiça e reparação e saídas políticas negociadas ao conflito armado interno.” Explicação retirada do site: <http://www.derechoadefenderderechos.com/pbi-colombia-comision-intereclesial-justicia-paz.html>.



enchimento sólido constituído de escombros e resíduos vários. Segundo Zapata (2017) a construção da rua foi feita literalmente pelas mãos da população, que “ganham” o território à beira do mar, o que gera importantes processos de pertencimento territorial. Para além da ocupação progressiva, um crescimento significativo da população moradora da rua se dá a partir de um *desplazamiento* forçado e massivo que acontece no marco de um massacre na parte alto do Rio Naya em 2001<sup>17</sup>.

Nesse sentido, Puente Nayero se insere no conflito também através das experiências várias de *desplazamiento* e desterritorialização anteriores à construção da rua, em especial, em experiências trazidas pela população que passa a habitar a rua nos anos que antecederam a criação do espaço. Advíncula, Torres e Minotta (2018) apontam que, apesar de todas essas dificuldades, a comunidade urbana *desplazada* pelo massacre ainda manteve contato social, político, econômico e cultural com sua comunidade rural de origem, entendendo esse assentamento urbano como território estendido do rio Naya. Na comunidade afro de Puente Nayero tem predominado, segundo Advíncula, Torres e Minotta (2018), a preponderância da comunidade frente ao indivíduo, sem que haja uma divisão marcada entre o espaço público e o privado.

Durante os anos que antecederam e impulsionaram a criação do espaço, se apresenta na região uma intensificação da presença e ação dos paramilitares que disputavam o controle territorial da Isla Cascajal e que acabaram se apropriando das últimas casas da rua de Puente Nayero (Zapata, 2017). Desde esse momento, segundo Zapata (2017), os atores armados presentes se dedicaram a coagir a população, a realizar assassinatos seletivos e a tomar as ruas ao redor da principal, o que acabou gerando desplazamientos massivos na comunidade. Segundo Advíncula, Torres e Minotta (2018), desde os anos 2000 esta comunidade tem sido vitimizada tanto por grupos armados ilegais como pelo setor empresarial nacional e internacional, e por sua vez, pela indiferença estatal, com o objetivo de se apropriar do território para o desenvolvimento de megaprojetos. Segundo os autores, a ação dos grupos armados e do setor empresarial tem ocasionado inúmeras perdas humanas, terror e desesperança com o objetivo de desalojar os terrenos ganhos ao mar, desconhecendo o direito dessas comunidades sobre os territórios que defendem. Isso é representado na fala de Orlando

---

<sup>17</sup> Desde os anos 90 as FARC e o ELN disputavam o domínio da região do Alto Naya, região próxima ao Rio Naya, no Departamento do Cauca, Pacífico colombiano. Do dia 10 à 13 de abril de 2001, dias da celebração da Semana Santa católica, 500 homens armados do grupo paramilitar *Autodefesas Unidas da Colômbia* bloquearam o acesso à região, queimando casas, e matando ao menos 40 pessoas, fazendo com que grande parte da população tivesse que fugir (CASTILLO, Ángela; JIMENO, Myriam; VARELA, Daniel. 2009)

Castillo, líder comunitário do Espaço Humanitário, que evidencia que um dos principais objetivos de todas as ações violentas na região é o despojo territorial:

O espaço humanitário, ou a proposta do que hoje é o espaço humanitário, o que faz é evidenciar o “*inevidenciável*”. Que é precisamente umas ações que vinham acontecendo no território, mas que se olhavam de forma isolada. Não se via o verdadeiro sentido, e o verdadeiro propósito disso que é a desocupação, que é o despojo territorial para dar passo a esses grandes projetos que estão pensados para esta zona.

Os atores armados, sejam paramilitares, sejam a guerrilha, sejam quem sejam... digamos que sobretudo os paramilitares... Sabemos que atrás deles não apenas vem a morte, mas atrás deles também estão fazendo, estão abrindo caminho, aos empresários, aos políticos deste país [...].

(Castillo, Orlando. Líder fundador do espaço humanitário. Entrevista concedida a Daniela Costa. Buenaventura, 7 de dez. 2018)

Diante das diversas violências sofridas pela população local, a comunidade passa a se organizar politicamente. Segundo Zapata (2017), um ponto importante dessa organização foi a disposição de resistir permanecendo no território, o que acaba dando passo a planificação e desenho da proposta da zona humanitária. Por conta da proximidade de alguns moradores com a organização humanitária *Comisión Intereclesial de Justicia y Paz* (CIJyP), a comunidade começa a consolidar a ideia de atuar contra as violações perpetradas pelos grupos paramilitares. De forma clandestina, os moradores começam a consultar mecanismos de expulsão dos atores armados e, nessa busca, as zonas humanitárias surgem como ferramenta possível. Processualmente, para declarar a zona humanitária foi necessário listar os atos de violência aos quais a população estava sujeita, fazer um censo populacional e por fim conscientizar a população sobre o que é uma zona humanitária, posteriormente espaço humanitário, e como constituí-la. Segundo Orlando Castillo:

Puente Nayero o que faz precisamente é, através de seus líderes, é fazer parte dessa análise é dizer: não vamos mais deixar que nos matem, e muito menos deixaremos que nos retirem. Nós temos construído o território, nós temos feito isso a “pala limpia”. E como assim, que o Estado hoje que isto nós o temos [o território] convertido em uma zona vivível, e mais que isso, temos feito melhor que Veneza. Porque em Veneza também tem construído... foram construídas ilhas e tudo, em outros lados foram construídas ilhas, a China está construindo ilhas artificiais... Nós sem dinheiro, aqui temos construído um território firme que se pode dizer que se construiu uma ilha sem recursos.

(Castillo, Orlando. Líder fundador do espaço humanitário. Entrevista concedida a Daniela Costa. Buenaventura, 7 de dez. 2018)

Para uma melhor compreensão do próprio instrumento de criação de Zonas humanitárias, e o que seriam as mesmas, o *Internal Displacement Monitoring Centre* (IDMC) publicou relatório em 2007 que tratava sobre a criação dessas zonas em território colombiano. Segundo o IDMC (2007), afrocolombianos e populações indígenas teriam começado a estabelecer Zonas Humanitárias próximas às suas áreas de origem como uma forma de aumentar suas chances de se protegerem de grupos armados e recuperar territórios e modos de vida perdidos. As zonas humanitárias consistiram de áreas delineadas onde os membros negam acesso a exércitos e grupos armados e ativamente insistem na neutralidade, recusando passar informações a grupos armados ou prover apoio logístico aos mesmos. Em adição às regras internas das zonas, muitos tem estabelecido mecanismos de alarme em caso de ameaças ou violações contra seus membros que envolvem redes nacionais e internacionais. Já em novembro de 2006, existiam 5 Zonas Humanitárias nos distritos de Jiguamiandó e Curvaradó. Em 2005, existiam mais de 50 Zonas Humanitárias ou iniciativas similares na Colômbia.

Segundo a *Comisión Colombiana de Juristas* (CCJ) e a *Comisión Intereclesial de Justicia y Paz* (2009), as Zonas Humanitárias e as Zonas de Biodiversidade propoem uma aplicação concreta do Direito Internacional dos Direitos Humanos e do Direito Humanitário que garanta os direitos da população civil a uma vida digna e a um ambiente sadio e reconheça a existência de territórios nos que essa população possa encontrar refúgio e se afastar da guerra. Na Colômbia, a primeira proposta de Zonas Humanitárias foi iniciada pela *Comunidade de Autodeterminación, Vida y Dignidad* (Cavida) do Cacarica (Chocó) em junho de 2001, ao regressar ao seu território. A partir dessa experiência, outras comunidades implementaram esse mecanismo com o acompanhamento da CIJyP e organizações internacionais solidárias. Segundo a CCJ e a CIJyP (2009), essas Zonas Humanitárias são ainda respaldadas por organismos internacionais de proteção de direitos humanos. Em março de 2005, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, no marco das medidas provisionais dos Conselhos Comunitários de Jiguamiandó e das famílias de Curbaradó, requereu ao Estado colombiano que outorgasse proteção especial aos beneficiários que habitam as “zonas humanitárias de refúgio”. Organismos do Sistema das Nações Unidas têm manifestado também seu apoio a estes mecanismos civis de proteção das pessoas desplazadas. Em 2004, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados reiterou a necessidade de que as

autoridades apoiem os processos organizativos de comunidades que tenham tomado a posição de não vinculação ao conflito armado.

Segundo Advíncula, Torres e Minotta (2018), a nível geral, na Colômbia se vem tratando de zonas humanitárias porque não existe uma definição específica de Espaço Humanitário. Por esse motivo, se enquadra o debate dentro da categoria zona humanitária, considerando que a comunidade de Puente Nayero tem sua própria visão e definição do que para eles significa espaço humanitário, ou seja, como um espaço de vida, uma proposta de paz.

Segundo Zapata (2017), as outras experiências de Zonas Humanitárias na Colômbia foram de extrema importância no cerne da ideia de construção desse espaço. No início dessa construção, foi importante a ação dos líderes locais de começar a documentar outras experiências e resistência, em especial as zonas humanitárias de Curvaradó, Jiguamiandó, Simipaz, Camelia, Nacho y Begonia. Posteriormente a esta sistematização, eles começaram a se reunir de forma confidencial no terminal de pesca e em um hotel de Buenaventura para socializar a proposta com outros líderes comunitários de diferentes bairros. Segundo Orlando Castillo:

Através deles [Comisión Intereclesial de Justicia y Paz], começamos a fazer um exercício e conhecemos umas experiências de Zonas Humanitárias de outras partes do país [...] Mas havia uma dificuldade, que essas zonas eram rurais, ou seja... Uma coisa é o contexto rural, outra coisa é o contexto urbano. E, digamos, que dizíamos: como se aplica isso no contexto urbano? Porque no rural, magnífico, se cerca e tudo. Mas o contexto urbano é complexo. (Castillo, Orlando. Líder fundador do espaço humanitário. Entrevista concedida a Daniela Costa. Buenaventura, 7 de dez. 2018)

Segundo Zapata (2017), como forma de angariar suporte, os moradores visitaram embaixadas em busca de apoio internacional e fizeram entrevistas com comandantes de guarnições militares em Bogotá em busca de segurança, para além de enviar cartas a várias organizações não governamentais, fundações, embaixadas e à Igreja em busca de assistência à sua iniciativa. No entanto, no dia da declaratória de zona humanitária em si, não houve a participação de outras organizações para além da Comisión Intereclesial de Justicia y Paz e alguns representantes de outros conselhos comunitários. Na decisão final sobre como se realizaria a declaratória do espaço, optaram por fazê-la no marco da procissão da Semana Santa, que a cada ano entrava na rua, para que os atores armados não descobrissem sua intenção.

O anúncio público da declaratória de que Puente Nayero é um espaço de vida, um espaço humanitário, é feito no dia 13 de abril diante da comunidade nacional e internacional. Segundo Zapata (2017), desde este dia, a institucionalidade nacional, as garantias internacionais, as organizações não governamentais, fundações, curiosos, meios de comunicação, etc. voltam a atenção a esse território. O Espaço Humanitário de Puente Nayero surge como a primeira zona humanitária urbana declarada no país, colocando uma série de desafios para a comunidade, entre eles, a intenção de retirar, sem o uso das armas ou de ações violentas, os paramilitares que controlavam o território, mas também apontar a inação da força pública e, associada a ela, o desenvolvimento dos megaprojetos na cidade (Zapata 2017).

Segundo Advíncula, Torres e Minotta (2018), a proposta do espaço humanitário se pretende em sua essência não-violenta. O Espaço busca por um caminho de paz e pela convivência pacífica nos bairros e ruas de Buenaventura. Segundo os autores, através da construção desse espaço as 302 famílias, constituídas de 1028 integrantes que habitam 208 casas, decidem, através de seus líderes, fechar o caminho da violência direta, que se expressava em uma sistemática violação dos Direitos Humanos e do Direito Internacional Humanitário e do sistemático abandono do Estado. Os autores contam ainda que a primeira ideia de construção do espaço foi do líder comunitário Orlando Castillo, que havia trabalhado em proximidade à comunidade do Naya e conhecia o trabalho da CIJyP. No transcurso da construção da proposta, Castillo pede ajuda da Comissão para que revisassem as violações aos direitos humanos e, junto a William Mina, se ocupa de registrar os atos de violência que aconteciam no território nos meses anteriores à declaração, tudo em sigilo.

Quanto aos atores que participaram da ação declaratória temos os líderes fundados do espaço humanitário de Puente Nayero, Orlando Castillo Advíncula e William Mina, e a organização mãe “*Corporación Organizando Haciendo y Pensando el Pacífico (Corhapep)*”. A declaração contou ainda com a ajuda do Monsenhor Héctor Epalza Quintero, do PCN e da Fundación Espacios de Convivencia y Desarrollo Social (FUNDESCODES) (Advíncula, Torres e Minotta (2018))

Quanto ao ato declaratório em si, Zapata (2017) aponta que os organizadores coordenaram tudo para que no meio da multidão de fiéis da procissão religiosa da Semana Santa entrassem os integrantes da Comissão Intereclesial e os acompanhantes internacionais responsáveis por ajudar a fazer a declaratória. No momento em que a procissão religiosa saiu da rua de Puente Nayero, só ficou a CIJyP e os moradores no que se constituiu como uma assembléia comunal. Na mesma noite se produziu a declaratória do Espaço Humanitário.

Passados os primeiros dias da declaratória, começaram a identificar quais eram os paramilitares que estavam na rua e os retiravam em uma ação conjunta entre a população e a CIJyP. Começaram também a bloquear com tábuas e cartazes que diziam “*Zona humanitaria de Puente Nayero*” os pontos da rua por onde os paramilitares entravam.

No entanto, segundo a CNMH (2015), mesmo diante da declaração do território como um espaço de paz, líderes, organizações sociais e habitantes do setor continuaram a ser constantemente ameaçados, hostilizados e violentados por grupos armados, frente ao que a *Comisión Intereclesial de Justicia y Paz* interpõe uma solicitação na CIDH para que se adotassem medidas cautelares<sup>18</sup> e se exigisse do governo colombiano que protegesse as famílias que estavam vivendo no espaço humanitário. Essa pressão acaba por resultar na ação jurídica por parte da CIDH que dita a medida cautelar N° 152-14 de 15 de setembro de 2014, mediante a Resolução 25/2014. Segundo Zapata (2017) isso pressionou internacionalmente o Estado a atender e salvaguardar a iniciativa do Espaço Humanitário garantindo o não retorno dos paramilitares. Essa exigência se fez em especial em termos de atenção às demandas imediatas de serviço social e de presença policial e militar em cinco pontos estratégicos da rua. A medida cautelar reconhece que as 302 famílias afrocolombianas que vivem na localidade se encontram em situação de gravidade e urgência, posto que seus direitos a vida e a integridade pessoal estariam sendo gravemente ameaçados. Em especial, a medida aponta para agressões e ameaças que surgem depois da declaração do Espaço, e busca evitar um dano irreparável à essa comunidade (Medida Cautelar 152-14, Resolução 25/2014. Comissão Interamericana de Direitos Humanos). É importante pontuar aqui a relação entre o Estado, a comunidade de Puente Nayero e a CIDH. O Estado se apresenta aqui tanto como violador de direitos como, a contragosto, aquele que deve garantir os direitos dessa população através de medidas estipuladas pela CIDH. A CIDH se apresenta como mediadora da relação Estado soberano *versus* comunidade negra, garantindo que o violador seja obrigado a oferecer medidas de reparação. Sobre a importância da internacionalização das demandas e da Medida Cautelar, Orlando Castillo aponta que:

[...]E, o mais importante, acredito que é o acompanhamento internacional e a visibilização internacional que se deu ao processo, sim? E o que terminou

---

<sup>18</sup> “O mecanismo de medidas cautelares encontra-se previsto no artigo 25 do Regulamento da CIDH. Conforme o que estabelece o Regulamento, em situações de gravidade ou urgência, a Comissão poderá requerer que o Estado adote medidas cautelares para prevenir danos irreparáveis às pessoas ou ao objeto do processo com base em uma petição ou caso pendente [...] Estas medidas poderão ser de natureza coletiva com o fim de prevenir um dano irreparável às pessoas em razão de vínculo com uma organização, grupo ou comunidade de pessoas determinadas ou determináveis”. Trecho retirado do site da CIDH quanto à Medidas Cautelares. In: <https://www.oas.org/pt/cidh/decisiones/cautelares.asp>

de co-ajudar foi a medida cautelar que expediu a Comissão Interamericana. Porque a medida tem sido importante? Porque se tem criado outros espaços humanitários aqui mesmo em Buenaventura, mas como não tem medida o governo não lhes dá amparo. Ou seja, não existe a presença [do governo] e seguem os paramilitares aí dentro fazendo o que querem. E estão declarados espaços [humanitários]. No nosso caso, não somente somos espaço, mas também como temos uma medida cautelar internacional, ao governo fica mais “pesado” [...]

(Castillo, Orlando. Líder fundador do espaço humanitário. Entrevista concedida a Daniela Costa. Buenaventura, 7 de dez. 2018)

Por parte da comunidade de Puente Nayero, a população também publicou um acordo comum e normativo (compromissos familiares) com o qual procuram dar continuidade ao espaço humanitário. Estes compromissos são treze pontos que marcam a organização da comunidade a partir de princípios, valores, exortações e proibições (Zapata, 2017).

No entanto, apesar dos diversos ganhos para as populações negras e indígenas que vivem nesses espaços e zonas humanitárias, algumas críticas surgem quanto a efetividade desses instrumentos. Advíncula, Torres e Minotta (2018) apontam que, apesar das medidas cautelares, ocorreram outros casos de homicídios de habitantes do espaço, fora do território declarado. Os mesmos apontam que, ainda que a declaração do Espaço Humanitário tenha contribuído para a recuperação da tranquilidade no território de Puente Nayero, persiste o receio de uma nova incursão dos atores armados, já que esses atores ainda mantêm uma parcela de controle sobre a população mediante a extorsão e ameaças, principalmente a líderes comunitários e defensores de Direitos Humanos. Segundo o líder Orlando Castillo em Advíncula, Torres e Minotta (2018), vários membros da comunidade usam a palavra “confinados” para descrever sua situação. Apesar de tal confinamento ter possibilitado uma forte organização interna, fora do território não existem medidas cautelares que os amparem. No entanto, ainda assim, os habitantes do Espaço Humanitário precisam cruzar os limites para buscar serviços públicos, o terminal de pesca, o comércio, etc.

Seguindo nessa linha, a presença paramilitar também dentro do território não deixou de ser uma preocupação da população local. Segundo Advíncula, Torres e Minotta (2018), a CIJyP, que diariamente visita Puente Nayero e publica relatórios de alerta dos perigos presentes na localidade, teria reportado novas hostilidades contra os habitantes da rua no ano de 2018. Segundo os relatórios, em várias ocasiões os paramilitares, que antes controlavam a rua, entraram ao Espaço Humanitário e saíram sem ser detidos pela polícia, que tem a obrigação de avaliar o ingresso de todas as pessoas que não pertencem às 320 famílias.

O Espaço também enfrenta desafios de ordem institucional. Segundo Zapata (2017), a administração distrital local teria elevado críticas à ordem jurídica e política, ao afirmar que tal ação de resistência é uma fratura do social e que o espaço humanitário obstaculiza o desenvolvimento da cidade, mensagem que estaria sendo vinculada para o povo de Buenaventura. No entanto, também desde outras organizações e fundações que operam em Buenaventura se assinala que o Espaço Humanitário, e o que o mesmo tem feito com as medidas cautelares de proteção da CIDH, seria um parcelamento do direito de ser protegido pelo Estado, uma privatização do direito público. Em termos de assistência, essa fronteira interna também tenderia a monopolizar a maioria da atenção e ajuda que a cooperação internacional oferecida a Buenaventura.

Em um quadro mais geral, esse “parcelamento” é visto como uma oportunidade de movimentar redes nacionais e internacionais que possam proteger, mesmo que apenas uma parte da população, das violações constantes. Segundo Carolina Montoya, profissional de apoio da *Consultoría para los derechos humanos y el desplazamiento* (CODHES), sede Buenaventura:

Muitas vezes, o que fazem todas essas organizações e essa rede de movimentos nacionais e internacionais... muitas vezes fazem mais ou suprem algo que deveria ser feito pelo Estado para com esses povos e essas comunidades (RUALES, Carolina Montoya, Profissional de apoio de CODHES Buenaventura. Entrevista concedida à Daniela Costa. Buenaventura, 6 de dez. 2018).

Esse movimento seria presente na Colômbia de modo especial ao tratarmos de Direitos Humanos e povos étnicos. Segundo Sther Oculari, Coordenadora regional de CODHES em Buenaventura.

Tem [na Colômbia] muito movimento a nível internacional em termos de direitos humanos. Tem participação e intervenções nos mecanismos da ONU, temos tido visitas de diferentes mecanismos especiais da ONU [...] Os olhos da comunidade internacional em termos de direitos humanos e em termos de povos étnicos está muito ‘presente’ na Colômbia. Precisamente pelo que os movimentos têm conquistado em termos de direitos étnicos e territoriais. Então, existe muita participação de certos movimentos em espaços da ONU, mas também no sistema interamericano, na corte interamericana, na Comissão, e existe um movimento de solidariedade bastante forte, e se está construindo cada vez mais.

[...] Organizações como CODHES, AFRODHES, PCN, a nível nacional tem feito um trabalho muito importante para visibilizar essa dinâmica de racismo estrutural, e ilustrar a relação entre as violações de direitos humanos e os



‘hechos vitimizantes’ contra as comunidades na zona rural, na zona pacífica, e o racismo estrutural que está ligado com este abandono estatal [...] (OCULARI, Sther. Coordenadora regional de CODHES em Buenaventura. Entrevista concedida a Daniela Costa. Buenaventura, 6 de dez. 2018)

Ainda segundo Sther Oculari e levando em conta o dito anteriormente sobre o parcelamento do direito e a necessidade de olhar as violações feitas contra as populações negras como um feito histórico e geral:

A reparação para as comunidades étnicas tem que ser uma reparação histórica. Não é suficiente somente olhar para os danos causados no marco do conflito armado sem entender que esses danos existem por um dano histórico que começou faz quinhentos anos. O movimento de reparação histórico na Colômbia não é tão forte como nos Estados Unidos, no Caribe, Jamaica e em outros países do caribe, inclusive no Brasil. Não é tão visível porque estamos em uma situação tão urgente humanitária no século XXI que não deixa muito espaço para ter essas reflexões históricas. No entanto, o movimento afro, a maioria das organizações com as quais eu tenho trabalhado tem muito claro que o conflito armado é basicamente o último momento de um conflito longo e contínuo [os povos indígenas também] é o último momento de um conflito longo e contínuo. E a reparação para este momento deveria também contestar a um crime de lesa humanidade que começou faz quinhentos anos. Eu acredito que sem esse reconhecimento por parte do Estado, sem essa reparação que tem que ser simbólica, material, do sistema estrutural, que tem que implicar restituição de terras, mas também autonomia e estruturas de poder... Sem estas mudanças e reparações a reparação para os delitos cometidos nos últimos 50 anos, 40, 30 anos, dependendo do marco normativo que estamos falando, não vão ter um impacto verdadeiro e sustentável.

(OCULARI, Sther. Coordenadora regional de CODHES em Buenaventura. Entrevista concedida à Daniela Costa. Buenaventura, 6 de dez. 2018)

Nesse sentido, reflexões podem e devem ser feitas quanto à efetividade das ações e ganhos coletivos e dos instrumentos que podem ser utilizados para alcançar a justiça, a verdade e a paz. Essas reflexões vão de encontro à busca de soluções mais generalizáveis e reparações efetivas e antirracistas, que valorizem as intersecções de raça, gênero, classe, sexualidade, etnia, entre outras, sem invalidar a relevância de ações com efeitos locais e a importância da organização comunitária e dos movimentos sociais.

## CONCLUSÃO

A partir do caso do Espaço Humanitário de Puente Nayero em Buenaventura, alguns apontamentos podem ser feitos. Em primeiro lugar, é importante assinalar a importância da atuação de Organizações Não Governamentais especializadas como intermediárias entre os movimentos sociais e as instâncias internacionais. No fim, para além da declaração e da organização comunitária, a medida cautelar acaba sendo, nesse caso, o que garante que o Estado colombiano coloque em prática medidas cotidianas e contínuas de proteção desse território. Em ambas as ações, o aconselhamento da ONG CIJyP foi fundamental, não apenas para o processo burocrático de se declarar o espaço como zona humanitária, mas também para intermediar a obtenção da medida da CIDH. Por já ter realizado esse tipo de processo em outras regiões, a especialização dessa organização conta como um ponto muito relevante na declaração do espaço, juntamente ao compartilhamento entre os processos organizativos de outras zonas e seus líderes de estratégias de contenção política.

Nesse sentido, é significativo apontar também a importância dos organismos e instrumentos regionais como a CIDH no reconhecimento das demandas das populações negras e indígenas na América Latina. Em especial, esses instrumentos aproximam o internacional do local, possibilitando que essas populações tenham acesso a ações diretas e efetivas mais próximas de sua realidade e com maior celeridade. No entanto, ainda é necessário estudar o quão acessível e efetivos são esses instrumentos e o quanto seus processos são transparente e replicáveis, em especial por pessoas, comunidades e populações que não possuem amparo legal ou institucional do Estado ou de ONG's.

O segundo ponto que merece ser evidenciado é a importância da declaração do Espaço Humanitário enquanto zona humanitária de proteção de uma população negra. Sendo a primeira zona urbana a ser declarada uma zona humanitária, o mesmo apresenta uma quebra de paradigma do étnico-racial ligado ao rural que permite novas abordagens às violações de direitos humanos de populações negras que vivem nas cidades. Em especial, cria precedentes que permitem posteriores usos desse instrumento ou criação de novos que abarquem as especificidades de violações de DH que acontecem no cenário urbano contra essas populações. Tendo isso em conta, é importante notar como essas violações são invisibilizadas em um cenário onde não se leva em conta o racismo estrutural que as possibilita.

Nesse sentido, é importante notar que as cidades são, de modo geral e cada vez mais, os ambientes onde existe maior presença de população negra e também maior generalidade de violências e violações de direitos. A gestão da violência, morte e medo é feita nesses

espaços não apenas pelos Estados e por grupos armados, mas também por grandes empresas e megaprojetos, como no caso de Puente Nayero e de Buenaventura de modo geral. A construção autônoma de territorialidades e a reapropriação simbólica desses espaços urbanos como espaços de vida abre novas possibilidades de se pensar a diáspora negra e o seu lugar nos Estados nação latino-americanos.

Outro ponto a ser abordado faz referência a efetividade do instrumento escolhido. Nesse ponto, é importante primeiro assinalar o quão relevante é a construção de territórios autônomos de populações negras em um país não apenas afetado pelo conflito interno recente, mas também por um racismo estrutural de séculos. A declaração dessas zonas humanitárias e em especial, do Espaço Humanitário de Puente Nayero, significa, como levantado no texto, não mais se permitir ser desapropriado de seus territórios e lugares de vida. Essa declaração que tem por objetivo criar possibilidades de permanência nesses territórios tem importância simbólica, em especial quando encaramos as noções de território e territorialidade aliadas às noções de diáspora negra. A população de Puente Nayero, a exemplo das populações diaspóricas das Américas, vinha sofrendo processos de desterritorialização constantes e violentos, de não ter um local de construção de seus projetos de vida. “Ficar” representa parar esse processo histórico de desterro e criar novos processos de pertencimento, em especial nesses territórios construídos literalmente pelas mãos dessas populações. Dentro dessa escolha por ficar, as Zonas Humanitárias se apresentam como uma estratégia efetiva de proteção em território colombiano, já testadas em outras regiões e por outras populações do país.

Levando isso em conta é, no entanto, necessário reconhecer que esses instrumentos podem apresentar uma instabilidade derivada da não generalização da proteção e possível periodicidade da Medida Cautelar. Fora da área registrada enquanto zona humanitária protegida pela Medida, a segurança dessa população não pode ser garantida. As escolhas aqui se dividem entre sair, para acessar inclusive serviços públicos indispensáveis correndo riscos de vitimização, ou ficar, sem acesso a esses serviços e direitos. Ao mesmo tempo, por se tornar um instrumento paliativo de assegurar direitos e proteção, apesar dessas Zonas terem se multiplicado pelo país, elas não criam jurisprudência de responsabilização do Estado colombiano pela proteção e autonomia de todas as populações negras ou indígenas colombianas. Ou seja, se criam múltiplos processos, associados mas não vinculados a soluções estruturais, levando a não generalização da garantia de direitos. No entanto, apontar a falta de generalização não implica que as populações locais não devem buscar por estratégias de proteção, tendo em vista a cotidianidade das violações. O conjunto de proteção

institucional com que contam as populações étnicas e raciais , nacional e internacionalmente, ainda é frágil, o que significa obstáculos quanto a generalização de demandas, e essa exigência poderia desembocar atualmente na não aplicabilidade do Direito Internacional ou de quaisquer proteção que o mesmo possa oferecer.

Todavia, apesar desses desafios postos à atuação desses grupos e à maior garantia de direitos, a criação desses espaços são de enorme importância e tem impacto direto na melhoria da vida de muitas pessoas negras que antes se viam mais vulneráveis. As táticas escolhidas para garantir essa proteção são diferentes entre si, de acordo com as que melhor se encaixam estratégica e politicamente nas demandas e necessidades específicas de cada contexto, tendo o DIDH e o DIH se tornado instâncias possíveis de disputa. O Espaço humanitário de Puente Nayero se torna ponto focal dessa análise ao ser uma demanda bem-sucedida de proteção através da reafirmação de categorias étnico-raciais em âmbito internacional. Tal recorte se faz importante na medida em que essas categorias se mostram relevantes na escolha política dos processos internacionais e também no resultado ao atendimento a essas comunidades.

Deve-se levar em conta ainda a necessidade de apontar a generalidade e historicidade dessas violações, de forma a que se construam mecanismos, ou aplique-se os já existentes, que possam abarcar e lidar com as especificidades de proteção e direitos das populações negras.

A partir dessa reflexão, abre-se espaço para a investigação, que já está sendo feita em outros trabalhos mas que não foi possível abarcar aqui, sobre os instrumentos internacionais de luta contra o racismo, que levam em conta o caráter racial de muitas populações negras, ao invés da ideia de etnicidade. O quadro de violações e violências históricas aliadas ao racismo enquanto instrumento mundial de retirada de direitos e a influência cada vez mais notável do contexto internacional de consolidação, ainda que não suficiente, de sentenças e medidas de proteção à povos étnicos e ancestrais como o Convênio 169 da OIT nos aponta também para o ainda frágil quadro de proteção de Direitos Humanos com base na discriminação racial e no racismo das populações urbanas. O Direito Internacional ainda não sabe como abarcar e criar dispositivos efetivos de proteção de populações negras que não se veem como grupos étnicos, mas que ainda assim compartilham de demandas históricas similares de reparação, verdade e justiça. Não existem instrumentos que condenem os Estados de forma generalizada, ou os obrigue a adotar medidas de reparação pela contínua desapropriação territorial, mortes, violência policial, dificuldade de acesso à educação e serviços públicos, descasos, e as

inúmeras formas de violações cotidianas que afetam as populações negras na América Latina, e no mundo.

Puente Nayero é exemplo, não apenas de resistência, luta e reconstrução comunitária, mas também de esperança para os milhões de pessoas que se veem diariamente afetadas pelo racismo estrutural nas cidades. O Espaço humanitário abre caminho para que se discuta como o Direito Internacional pode e deve agir para reparar os danos seculares que representam um contínuo de violações de direitos causados às populações negras nas Américas pelo racismo presente em todos os países.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ADVÍNCULA, Orlando Castillo; TORRES, Gerardo Gabriel Garcés; MINOTTA, Hélio Fernando Quintero. *Puente Nayero una experiencia urbana de construcción de paz, reconciliación y resistencia civil*. 2018

AGUDELO, Carlos Efrén. *El Pacífico colombiano: de "remanso de paz" a escenario estratégico del conflicto armado. Las transformaciones de la región y algunas respuestas de sus poblaciones frente a la violencia*. 2001.

BONILLA, Adriana Espinosa. *De lo global a lo local en los repertorios de acción de las organizaciones negras frente al conflicto armado en Buenaventura*. Universidad del Valle, Colombia. 2011.

CASTILLO, Ángela; JIMENO, Myriam; VARELA, Daniel. 2009. *A los siete años de la masacre del Naya. La perspectiva de las víctimas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro Ltda.

CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA. *Buenaventura: un puerto sin comunidad*. Bogotá, CNMH, 2015.

COALITION OF INTERNATIONAL NGOS UPR COLOMBIA (CINUC). *Informe de la situación de derechos humanos en Colombia 2013-2017*. Plataformas y organizaciones internacionales. 2017. Informe para el examen periódico universal Colombia 2018.

COMISIÓN COLOMBIANA DE JURISTAS; COMISIÓN INTERECLESIAL DE JUSTICIA Y PAZ; . *Zonas Humanitarias y Zonas de Biodiversidad: Espacios de dignidad para la población desplazada en Colombia*. 2009

COMISIÓN INTERECLESIAL DE JUSTICIA Y PAZ; MUNDUBAT. *Buenaventura, el despojo para la competitividad*. mayo 2015.

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. *O que é o direito internacional humanitário?* In: <https://www.icrc.org/pt/doc/resources/documents/misc/5tndf7.htm>

FERREIRA, Sibelle de Jesus. *A razão negra e os direitos humanos: as políticas internacionais contra a discriminação racial*. 2017. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

FUNDACIÓN IDEAS PARA LA PAZ. *La crisis de Buenaventura la vive todo el Pacífico*. 2014. Disponível em: <http://www.ideaspaz.org/publications/posts/983>

GARCÍA-SAYÁN, Diego. *The Inter-American Court of Human Rights*. In: Routledge Handbook of Latin America in the world. Edited by Jorge I. Domínguez and Ana Covarrubias. First published 2015. P. 329.

GASPAROTO, Ana Lúcia. *Sobre o anteprojeto de Convenção Interamericana contra o racismo e toda forma de discriminação e intolerância*. Relações internacionais e direitos

humanos / José Blanes Sala (Org.). São Paulo : Cultura Acadêmica ; Marília : Oficina Universitária, 2011.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Raça e os Estudos de Relações Raciais no Brasil*. Novos Estudos, CEBRAPN.º 54, julho 1999. pp. 147-156.

HERRERA FLORES, Joaquín. *A reinvenção dos direitos humanos*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

HEYNS, Christof; PADILLA, David; ZWAAK, Leo. *Comparação esquemática dos sistemas regionais de direitos humanos: Uma atualização*. SUR- Revista Internacional de Direitos Humanos. Número 4 • Ano 3 • 2006 P. 161.

HOFFMANN, Odile. *Comunidades negras en el Pacífico Colombiano*. Innovaciones y dinámicas étnicas. ODILE. 2007.

HUMAN RIGHTS WATCH. *La crisis en Buenaventura: Desapariciones, desmembramientos y desplazamiento en el principal puerto de Colombia en el Pacífico*. 2014.

JUBILUT, Liliana Lyra. *O Direito internacional dos refugiados e sua aplicação no orçamento jurídico brasileiro*. São Paulo. Método, 2007.

MCADAM, Dough; John D. McCarthy; Mayer N. Zald. *Movimientos sociales: perspectivas comparadas*. Madrid: Istmo, 1999.

MORENO-MURILLO, Greison. *El papel del Consejo Comunitario en la percepción de gobernabilidad de sus habitantes: El caso de la comunidad negra de Campo Hermoso, zona rural de Buenaventura, Valle del Cauca, Colombia*. En: Entramado. vol.11, no. 2. 2015

MÚNERA, Alfonso. *El fracaso de la nación: Región, clase y raza en el Caribe colombiano (1717-1821)*. Banco de la República, El Áncora Editores. Bogotá, 1998.

NAÇÕES UNIDAS. *Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial*. Décima Oitava Sessão. Agenda item 43. Resoluções aprovadas pela Assembléia Geral.

OFFEN, Karl H. *The Territorial Turn: Making Black Territories in Pacific Colombia*. Journal of Latin American Geography, Vol. 2, No. 1 (2003), pp. 43-73.

OLAYA REQUENE, Angela Yesenia. *Discursos y representaciones racistas hacia la región Pacífico y comunidades afrocolombianas*. In: Afrodescendências : voces en resistencia / Claudia Miranda ... [et al.] ; editado por Rosa Campo alegre. Septien. - 1a ed. - CLACSO, 2018.

OLAYA REQUENE, Angela Yesenia. *La racialización del despojo: Territorios y migración forzada de pueblos afodescendientes en el Pacífico Colombiano*. Revista GeoNordeste. São Cristóvão, Ano XXVII, n. 2, p. 35-48, jul./dez. 2016.

ORTIZ, José Caicedo. *La diáspora Africana como acontecimiento histórico*. In: Descolonizando Mundos, 2017.

OSLENDER, Ulrich. “Geografías del terror”: un marco de análisis para el estudio del terror. *Diez años de cambios en el mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008*. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. <<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/9.htm>>

PACHECO, Jairo Antonio López; JIMÉNEZ, Sandra Hincapié. *Derechos humanos y activismo legal transnacional. Estrategias de las ong en México y Colombia*. Perfiles Latinoamericanos | Flacso México. 2017.

PARDO, Érika Paola Parrado. *Buenaventura como escenario para el posacuerdo*. Cien días vistos por CINEP/PPP. No. 90 | Febrero - Mayo 2017.

PUIG, Salvador Martí I. *Las razones de presencia y éxito de los partidos étnicos en América Latina. Los casos de Bolivia, Ecuador, Guatemala, México, Nicaragua y Perú (1990-2005)*. Revista Mexicana de Sociología 70, núm. 4. 2008

QUEIROZ, Marcos Vinícius Lustosa. *Constitucionalismo brasileiro e o Atlântico Negro: a experiência constitucional de 1823 diante da Revolução Haitiana*. 2017. 200 f., il. Dissertação (Mestrado em Direito)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017. P. 74, 75, 77.

QUÍÑONEZ, Santiago Arboleda. *Los afrocolombianos: entre la retórica del multiculturalismo y el fuego cruzado del destierro*. The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology; Apr 2007

REIS, Rossana Rocha. *Os Direitos Humanos e a política internacional*. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 27, p. 33-42, nov. 2006.

RESTREPO, Eduardo. *Articulaciones de negritud: políticas y tecnologías de la diferencia en Colombia*. In: Hegemonía cultural y políticas de la diferencia. CLACSO, 2013.

RESTREPO, Eduardo. *El Pacífico: Región de Fronteras*. Fundacion Universitaria Claretiana-FUCLA, 2011.

RÍOS, Jerónimo. *El Acuerdo de paz entre el Gobierno colombiano y las FARC: o cuando una paz imperfecta es mejor que una guerra perfecta*. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades , año 19, nº 38. Segundo semestre de 2017. Pp. 593-618.



ROSETO-LABBÉ, Claudia Mosquera. *Reparaciones para negros, afrocolombianos y raizales como rescatados de la trata negrera transatlántica y desterrados de la guerra en Colombia*. In: Descolonizando Mundos, 2017.

SANTOS, Marcio André de Oliveira dos. *Formação racial, Nação e Mestiçagem na Colômbia*. Rev. hist. comp., Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 36-58, 2014.

SENADO FEDERAL. *Direitos Humanos: Atos internacionais e normas correlatas*. 4a edição. Brasília. Coordenação de Edições Técnicas, 2013.

SIKKINK, Kathryn. *Latin America and the idea of International Human Rights*. In: Routledge handbook of Latin America in the world. Edited by Jorge I. Domínguez and Ana Covarrubias, 2015.

SILVA, Karine de Souza, PEROTTO, Luiza Lazzaron. *A Zona do Não-Ser do Direito Internacional: os povos negros e a Revolução Haitiana*. Revista Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas, Santo Ângelo | v. 18 | n. 32 | p. 125-153 | set./dez. 2018.

SILVA, Liana Amin Lima da. *Consulta prévia e livre determinação dos povos indígenas e tribais na América Latina: re-existir para co-existir*. Tese (doutorado) –Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2017.

STEINER, Henry J; ALSTON, Philip. *International Human Rights in Context*. Law, politics, morals. Text and Materials. Clarendon Press- Oxford. P. 26. 1996

TARROW, Sidney. *Poder en movimiento. Movimientos sociales, acción colectiva y política de masas en el Estado moderno*. Madrid: Alianza, 1997.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *Desafios e Conquistas do Direito Internacional dos Direitos Humanos no início do século XXI*. 2006. P. 413.

VALENCIA, Inge Helena; CHICA, Laura Silva; MORENO, Alejandro Moreno. *Violencia, desarrollo y despojo en Buenaventura*. Friedrich Ebert Stiftung. Análisis 9/2016.

VERGARA FIGUEROA, Aurora. *Ripped from the Land, Shipped Away and Reborn: Unthinking the Conceptual and Socio-Geo-Historical Dimensions of the Massacre of Bellavista*. University of Massachusetts Amherst. Masters Theses. 2011.

VIEIRA, Oscar Vilhena. *A gramática dos Direitos Humanos*. B. Cient. ESMPU, Brasília, a. I – nº 4, p. 13-33 – jul./set. 2002. P. 25.

VILLARRAGA SARMIENTO, Álvaro. *Desmovilización y reintegración paramilitar. Panorama posacuerdos con las AUC*. Centro Nacional de Memoria Histórica. Bogotá: Centro Nacional de Memoria Histórica, 2015.

ZAPATA, Jeferson Arboleda. *Del racismo estructural y las acciones políticas afrocolombianas: a propósito de las experiencias del espacio humanitario de Puente Nayero*

*en la construcción de una resistencia etnopolítica*. 2017. Tesis para obtener el título de maestría en Sociología. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Flacso Ecuador.